

Edelberto Augusto Gomes Lima.

1

HISTÓRIAS DE SABARÁ NOS PERÍODOS COLONIAL, IMPERIAL E INÍCIO DO REPUBLICANO.



SABARÁ NA PINTURA DE JOSÉ DO ROSÁRIO –ARTISTA DE DIONÍSIO.

HISTÓRIA É O PASSADO RETORNANDO À SUPERFÍCIE, O QUE PERMANECE NA ESCURIDÃO DO TEMPO, SE PERDE NA ETERNIDADE. (Edelberto Lima).

“Os erros do passado, servem-nos de lição para não repeti-los e os acertos de bússola para indicar o caminho”.

“Um povo sem o conhecimento da sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes.” Marcus Garvey.

JANEIRO DE 2025.

INTRODUÇÃO.

Mais um livro contendo parte da história de Sabará. O título é autoelucidativo. Nesse não farei um índice alfabético porquanto o sumário a seguir, fornece um roteiro das matérias abordadas no livro.

Conduto introduzi matérias em sintonia com o tema, tais como:

O registro civil no império; os poderes das Assembleias Provinciais; como um povoado se tornava município, podendo criar a sua própria Câmara; não obstante a outorga da constituição imperial de 1824, os poderes absolutos mantidos por Dom Pedro I; penso que a pesquisa a seguir mencionada se aplica em grande parte dos municípios mineiros, embora ela tenha se limitado ao município de São Domingos do Prata, por isso achei oportuno trazer à colação, esse artigo sobre os poderes da sua Câmara e quando surgiu a figura do Prefeito e da instituição Prefeitura.

Para facilitar a leitura crio parágrafos e dou título às matérias.

SUMÁRIO.

- Registro civil no império – pág. 06.**
- Mestre Caetano Azevedo e as terras que herdou no Arraial Velho – pág. 11.**
- Sedição em Ouro Preto. Caeté passa a pertencer ao município de Sabará – pág. 13.**
- Dom Pedro I em Sabará – pág. 14.**
- Venda da lavra de Cuiabá, atual distrito de Mestre Caetano – pág. 16.**

-As primeiras vilas (municípios) surgidas em Minas Gerais no Brasil colônia – pág. 17.

-Como um povoado se tornava um município pág.17

-Os poderes das Assembleias Provinciais no império – pág. 19.

-Quando surgiu a figura do Prefeito e da instituição Prefeitura – pág. 20.

-As 14 primeiras vilas (municípios), criados em Minas Gerais – pág. 22.

-Sabará, Caeté e Itabira – pág. 23.

-Quando surgiu o povoado de Sabará – pág. 23.

-Ouro de Gongo Soco e a Intendência de Sabará – pág. 24.

-Território de Santa Luzia pertenceu a Sabará – pág. 25.

-Convento de Macaúbas pertenceu a Sabará - pág. 26.

-Deputado provincial sabarense Assis Martins – pág. 27.

-Sabará em 1839, descrita pelo alemão Ernst Hasencleves – pág. 28.

-Sabará no século 18, descrita por Saint'Hilaire – pág. 28.

-Igreja do Rosário – pág. 28/29.

-o sabarense Pedro Barbosa da Silva – pág.29.

-As igrejas do Carmo e de Nossa Senhora do Ó – As obras de Aleijadinho na igreja do Carmo - pág. 31.

-Algumas posturas – pág. 34.

-Vacinação obrigatória – pág. 34.

-Sepultação de cadáveres – pág. 34.

-Matadouros – pág. 35.

-Sacrifício de gados – pág. 35.

-Sacristão em incêndios – pág. 36.

-Castigos em alunos – pág. 36.

-Matérias ministradas nas escolas de Sabará

Pág. 36.

-Pai de Santos Dumont em Sabará – pág. 36/37.

-Horário de funcionamento das casas comerciais e farmácias – pág. 37.

-Obrigações impostas aos farmacêuticos – pág. 37.

-Porcos e cães soltos nas ruas – pág. 38.

-Escravos – Tratamento – pág. 38.

-Censo na Província em 1872 – 41.

-Total da população escrava em Sabará no ano de 1872 – pág. 42.

-Total da população livre em Sabará no ano de 1872 – pág. 42.

-Diversos outros municípios que já pertenceram a Sabará – pág. 43.

-Mudança de nome através de anúncio em jornal – pág. 44.

-Espetáculos de touros em Sabará – pág. 44.

-Navegação a vapor no Rio das Velhas – pág. 44.

-Pedágio para atravessar pontes em Sabará e Curral Del Rei – pág. 45.

-Licença para edificar – pág. 45.

-Lixo nas ruas – 46.

-Uso das águas – critérios – pág. 46.

-Pescarias – 46.

-Épocas de fome – Procedimentos – pág. 47.

-licença para estabelecer qualquer negócio – pág. 47.

-Auxílio aos órfãos – pág. 47.

-Proibido pedir esmolas – 48.

-Alunas de Caeté eram obrigadas a prestar exames em Sabará – pág. 48.

-Uso de espadas e armas de fogo nas ruas de Sabará – pág. 48.

-Liberdade da imprensa – limites – 49.

-o sabarense Júlio Ribeiro – pág. 49.

- o Sabarense Zoroastro Viana Passos – pág. 52.**
- O sabarense Marquês de Sapucaí – pág. 52.**
- O sabarense Fernando de Melo Viana – pág. 54.**
- O sabarense Augusto de Lima – pág. 56.**
- O sabarense Cristiano Machado – pág. 58.**
- O sabarense Orosimbo Nonato – pág. 61.**
- Loja em frente do chafariz do Kaquende – pág. 61.**
- Hotel ao pé do chafariz do Kaquende - pág. 62.**
- Fábrica de liteiras em Sabará – pág. 62.**
- Colégio Emulação sabarense – pág. 62.**
- Instituto literário Sabará – pág. 63.**
- Hospício da Terra Santa – Excomunhão - pág. 64/65.**
- Aulas particulares na rua das Mercês em Sabará – Em 1881 Dom Pedro II hospedou nessa casa – pág. 65.**
- Colégio Sabarense – pág. 65/66.**
- Chafariz na praça da Constituição em Sabará – pág. 66.**
- Visita ao Colégio do Caraça – pág. 67.**
- Decadência de Sabará após ciclo do Ouro – pág. 67.**
- Vice-Consulado d Grã Bretanha em Sabará – pág. 71.**
- Estrada de Caeté a Sabará – pág. 72.**
- Criação do imposto Predial em Sabará – pág. 72.**
- Viagem de Sabará até a Bahia pelo Rio das Velhas – pág. 74.**
- Origem do nome Rio das Velhas – pág. 75.**
- Nascente, foz e trajeto do Rio as Velhas – pág. 74.**
- Viagem de Dom Pedro II pelo Rio das Velhas, de Sabará até Santa Luzia – pág. 74.**
- Visita de Dom Pedro II a Sabará - pág. 75.**

- Locais em que Dom Pedro I e Dom Pedro II hospedaram em sabará – páginas – 77 – 78.

_A Estação ferroviária de General Carneiro quando foi construída – pág. 79.

-Curral Del Rei (Sabará), na descrição de Abílio Barreto – pág. 81.

-Curral Del Rei e o costumes de seus habitantes na véspera de se tonar a nova capital de Minas Gerais, na descrição de Alfredo Camarate – pág. 82.

-Porque Belo Horizonte foi escolhida como a nova capital, não obstante inúmeras restrições levantadas por quem era contra – pág. 85.

-Súmula do histórico pronunciamento do senador, nascido em São Domingos do Prata, Dr. José Pedro Drummond, decisivo para Belo Horizonte ser escolhida a nova capital – pág. 87/100.

-Resultado final da votação – pág. 100.

-Congressistas mineiros que votaram a favor de Belo Horizonte – pág. 101.

-Meus livros – pág. 102.

REGISTRO CIVIL NO IMPÉRIO.

(IGREJA OU JUIZ DE PAZ?)

Em 1874, ainda em fase muito embrionária, começou a ser feito, fora das igrejas, os registros dos nascimentos, casamentos e óbitos.

Eles deveriam ser realizados pelo Juizado de Paz, sob a inspeção do Juiz de Paz. Posteriormente, quando completados os livros de registros, deveriam ser enviados à Câmara de Vereadores do município a fim de ali ficarem arquivados.

Havia uma limitação, eis que os funcionários dos Juizados, reponsáveis pelos registros, só podiam fazer constar o que os interessados declaravam.

Ademais, eles não saiam a campo, como atualmente ocorre com os recenseadores do IBGE, para colherem as informações e, na época, à esmagadora maioria da população, inclusive a escrava, vivia na área rural.

Em linhas gerais, são essas as informações mais relevantes. Mas o tema está detalhado no Decreto nº 5604, de 25 de abril de 1874, que regulamentou o artigo 2º da lei nº 1829, de 9 de setembro de 1870.

Esta lei dispunha em seu caput e artigo 1º (Ortografia atual):

“Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e unânime aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembleia Geral Legislativa decretou, e Nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º - De dez em dez anos proceder-se-á ao recenseamento da população do Império.”

O primeiro depois desta lei, ocorreu em 1872.

O JUÍZ DE PAZ ANTES DE 1874.

Uma lei imperial, sancionada por Dom Pedro I, datada de 15.10.1827, criou e regulamentou a figura do Juiz de Paz, mencionado nos artigos 161 e 162 da Constituição do Império de 1824.

Em cada povoado havia um Juiz de Paz e um suplente.

Essa lei dava diversas atribuições ao Juiz de Paz, mas em nenhum de seus artigos tornou obrigatório o dever de cadastrar os nascimentos, óbitos e casamentos de seus habitantes.

Havia um cadastramento rudimentar, sem método ou obrigatoriedade, de modo que seus registros, além de muito imprecisos, não eram confiáveis.

Eram dezenas as atividades atribuídas ao Juiz de Paz que, até mesmo aos mais meticolosos, tornava difícil fazer um cadastramento de todos.

A IGREJA.

Essa instituição, segundo penso, por ser a mais organizada na época, era mais eficiente e seus registros, feitos pelos párocos, eram mais confiáveis.

Documentos como o batistério, registros de casamentos e óbitos realizados pela igreja, ultrapassaram os tempos, e muitos servem de pesquisas até os dias atuais.

Ainda que posteriormente, tenha sido dado um papel mais específico ao Juiz de Paz, as suas dezenas de atribuições dificultavam um trabalho mais criterioso.

Nos Censos do período do Império, acredito, por dedução que considero lógica, embora não tenha encontrado registro afirmando, ter sido os dados se baseado principalmente nos batistérios, ainda que, de forma suplementar, tenham recorrido aos arquivos dos Juizes de Paz.

As seguintes publicações reforçam esse entendimento:

“A Assembleia Legislativa Provincial, através da Resolução de nº 457, de 20 de outubro de 1849, determinou que os proprietários de cemitérios particulares ficassem obrigados a enviar trimestralmente ao pároco da Freguesia ou capelão cura das capelas curadas, uma relação de todas as pessoas sepultadas em seus cemitérios, declarando seus nomes, idades, estados, condição e enfermidade que resultou a morte.”

Mesmo no início do período republicano se recorria a Igreja.

“Por intermédio dos respectivos Bispos, a Diretoria de Estatísticas requisitou de todas as paróquias dados sobre batizados, casamentos e óbitos em 1907”.

A Constituição Imperial de 1824, estabelecia em seu artigo 5º, o monopólio da religião católica, só permitindo outros cleros em ambientes fechados, desde não fossem em templos.

A predominância da religião católica, aliada à crença inoculada nas mentes dos cristãos, a de que quem não fosse batizado estaria em pecado venal e, em consequência, não alcançaria “o reino de Deus”, fazia com que praticamente toda a população, incluindo a escrava, procurasse a igreja para o batismo, casamento e óbitos, daí ser os registros paroquianos daquela fase os mais confiáveis.

Os escravos, inclusive, como forma de encontrarem uma maior proteção, escolhiam padrinhos

entre os homens livres, quando não o próprio Senhor, para batizarem seus filhos.

Como diz Luzia Henrique da Cruz em sua tese de mestrado “A freguesia de São Domingos do Prata, batismo e compadrio de escravos no século XIX”:

“Através do batismo os cativos não só se inseriam no universo religioso do branco como também, por meio de seleção de padrinhos, devido ao compadrio, ampliaram os laços sociais, inclusive com grupos de maior prestígio social”.

Conta ainda a referida autora, em relação ao pradiano *FRANCISCO VIEIRA MARQUES:

“...Em 21 de março de 1877, Caridade, filha de Pio e Águeda, escravos de Francisco Vieira Marques, foi batizada e teve como padrinhos João Vieira Marques Filho e D. Maria José da Fonseca.

Interessante é o caso de João Vieira Marques Filho que, no período de 27 anos (1858 a 1885), assistiu ao batismo de 23 crianças de sua propriedade...”

Ainda da mesma autora:

“A Igreja Católica determinava que as crianças fossem batizadas imediatamente após o nascimento, para garantir a salvação da alma...”

Citando Vera Alice Cardoso Silva, a autora ressalta:

“O registro oficial do batismo era o documento inicial e essencial para a aquisição de dois tipos de ‘cidadania’, a civil e religiosa...”

Agora citando Maria Luiza Marcílio, declarava:

“Pobres e ricos, plebeus e nobres, brancos, negros e índios, homens e mulheres, todos sem exceção, quando batizados, casados ou falecidos tinham esses fatos vitais registrados em livros especiais, que eram conservados pela Igreja...”

Enfim, foi inculcado no povo daquela quadra da existência (e em muitas outras quadras), que o batismo era a porta de entrada para a salvação da alma.

Com isto, os registros paroquiais se tornaram nos dias de hoje, os principais documentos para se conhecer um pouco da história dos povos antigos.

O povo, em geral, com medo de não se encontrar com Deus, procuravam os párocos e, ao contrário dos Juízes de Paz com os seus mapas, eles não necessitavam sair a campo.

O MESTRE CAETANO DE AZEREDO COUTINHO, FAMOSO EDUCADOR SABARENSE, QUE CONSTRUIU UMA ESCOLA NO BAIRRO ARRAIAL VELHO EM SABARÁ, TENDO TIDO COMO ALUNOS FIGURAS HISTÓRICAS RELACIONADAS A SEGUIR. HERDOU AS TERRAS DO ARRAIAL VELHO DE SEU PAI.

Mestre Caetano de Azeredo Coutinho nasceu a 30 de dezembro de 1846 em Sabará. Seu pai foi o Coronel Antônio Caetano de Azeredo Coutinho, abastado português que residiu durante muitos anos no Arraial Velho de Santo Antônio da Mouraria e, sua mãe, D.

Mariana Clara de Araújo Viana de Azeredo Coutinho, de tradicional família sabarense.

Na sessão da Assembleia Legislativa Provincial de dia 26 de agosto de 1885, foi lido o seguinte projeto de iniciativa do deputado Jacintho Dias da Silva:

“Ficam pertencendo à paróquia de Sabará, desmembrada da de Raposos, do termo do mesmo nome, a povoação do Arraial Velho de Sant’Anna, à margem direita do rio das Velhas, pela foz do córrego do Marinho, até às divisas do distrito do Morro Vermelho e a chácara da viúva e herdeiros do major Antônio Caetano de Azeredo Coutinho, sita à margem esquerda do mesmo rio...”

Alguns de seus alunos:

Dr. Francisco Luiz da Silva Campos,

Dr. Gustavo Capanema,

Dr. Nelson Hungria,

Dr. Zoroastro Viana Passos,

Dr. Cristiano Monteiro Machado,

Dr. Rodolfo Ernesto de Abreu,

Dr. Fernando de Melo Viana que, como Presidente do Estado, prestou significativa homenagem ao seu antigo professor, por ocasião dos seus 60 anos de magistério,

Dr. Homero Viana de Paula,

Dr. José Marins Freire,

Dr. Djalma Andrade.

Juristas de renome internacional, Médicos, Poetas, Militares, Professores, Advogados, tantos e tantos outros que cursaram em Sabará o "Colégio Azeredo", templo de estudo que só tinha comparação, na época, com os famosos "Colégio do Caraça" e "Ginásio Mineiro", hoje "Colégio Estadual Governador Milton Campos", de Belo Horizonte.

A biografia do histórico sabarense, escrita pela confreira do IHGMG, Célia Nascimento Coutinho, pode ser vista no livro "Sabará nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais", disponível no google na galeria Edelberto.

SEDIÇÃO EM OURO PRETO – CAETÉ PASSA A PERTENCER A SABARÁ.

Com a abolição de Dom Pedro I em 07 de abril de 1831 e a menoridade de Dom Pedro II, instalou-se no Brasil uma Regência que governou de 1831 até 1840, quando Dom Pedro II atingiu a maioridade e passou a governar.

Em 22 de março de 1833, desejando o retorno de Dom Pedro I, eclodiu uma sedição na qual os revoltosos se instalaram em Ouro Preto, então capital, obrigando o Presidente da Província e se deslocar para São João Del Rei, onde instalou o governo imperial.

Debelada a sedição e tendo em vista que Caeté teve participação na rebelião para destituir do trono Dom Pedro II e retorno de Dom Pedro I, Caeté teve seus

foros de Vila suprimidos, passando o seu território a pertencer a Sabará.

Essa passagem é reconhecida pela Câmara de Caeté que, em seu site na internet, declara:

“E foi em 1840, que a cidade foi emancipada e se desmembrou do município de Sabará (...)”

Em 1840, através da Lei Provincial nº 171, de 23 de março do mesmo ano, foi restaurada a Vila de Caeté.

Vou transcrever o texto da lei em ortografia atual.

Art. 1º - Fica restaurada a Vila de Caeté, compreendendo no seu novo município:

§ 1º - A Freguesia do mesmo nome, a que ficam anexos os Distritos de Socorro desmembrado da Freguesia de São João do Morro Grande (Atual município de Barão de Cocais), do município de Santa Bárbara, o Distrito da Conceição desmembrado da Freguesia de S. Bartholomeu e município de Ouro Preto.

§ 2º - Os Distritos de Taquaraçu, Lapa e Roças Novas, que ficam desmembrados do município de Sabará.”

DOM PEDRO I EM SABARÁ.

Um episódio histórico envolvendo Sabará, diz respeito às visitas de Dom Pedro I (Em 1831) e Dom Pedro II (Em 1881) à Sabará.

Ambos foram recepcionados, pernoitaram no famoso solar do padre Correia e participaram de atividades na antiga Casa de Ópera, hoje o segundo teatro mais antigo em atividade no Brasil.

Na sua visita em 1831, sete anos após ter promulgado a primeira e única Constituição política do Império, Dom Pedro I visitou, à noite, o teatro local para ser homenageado.

Logo, a excelente acústica do teatro fez o imperador perceber que a fidelidade do povo de Sabará à sua pessoa dependia de uma condição.

E o ponto culminante foi no momento das homenagens: após o “Viva o Imperador Dom Pedro I”, podia-se ouvir com clareza a frase “Enquanto for constitucional”, falada pelo coronel Pedro Gomes Nogueira, que liderava, junto com o padre Mariano de Souza, um grupo de constitucionalistas.

Anteriormente, pouco antes da proclamação da Independência, Dom Pedro I, ainda na condição de Príncipe Regente, visitou a Província de Minas Gerais, no período de 25 de março de 1822 até 09 de abril do mesmo ano, quando teve que retornar, prematuramente, à Corte.

Dias após, sentindo ter que retornar ao Rio de Janeiro, tendo em vista o surgimento de circunstâncias alheias à sua vontade, primeiro em 12 de abril de 1822 e depois em 22 de abril do mesmo mês e ano, cinco meses antes da proclamação da Independência, Dom Pedro I envia duas cartas. A primeira agradecendo ao povo de Sabará e a segunda ao povo da Comarca de Sabará, lamentando o seu retorno prematuro.

No ano seguinte, 1823, já Imperador, em reconhecimento ao apoio do povo de Sabará pela rápida adesão à causa da independência do Brasil, Dom Pedro I, por decreto, concedeu a Sabará o título de Fidelíssima.

VENDA DA LAVRA DO CUIABÁ – ATUAL DISTRITO DE MESTRE CAETANO – SABARÁ – 1832 –

Publicou o jornal “O Universal”, em sua edição do dia 8 de março de 1832:

“ANÚNCIO –

Os herdeiros do capitão Antonio Dias da Silva vendem as lavras de Cuiabá – Morro de São José, Ponte de João Velho e do Meio descoberta de Feliz Pereira.

Estas lavras confinam com a vila do Sabará e se ligam umas às outras. Ao longo delas tem por uma parte o rio Gaia e pela outra o rio Sabará. Estes rios são ricos de ouro em toda a sua extensão.

NOTA: A aquisição da jazida veio no primeiro plano de expansão da Saint John Del Rey Mining Company, em 1878. Ela ficou desativada por longos anos. Após esgotar as reservas de ouro da Moina de Moro Velho, a AngloGoold, atual proprietária, começou a explorá-la. A mina também se destaca por ser a mais profunda do Brasil. São 1.400 metros subsolo abaixo, com dois acessos, sendo um para veículos e outro por elevador.

AS PRIMEIRAS VILAS (MUNICÍPIOS) SURGIDAS EM MINAS GERAIS NO BRASIL COLÔNIA.

A primeira foi a VILA DE NOSSA SENHORA DO RIBEIRÃO DO CARMO, criada em 08 de abril de 1711 e que, em 1745, foi elevada à categoria de CIDADE, com o nome de MARIANA.

A segunda foi VILA RICA (Ouro Preto), cuja freguesia (Povoado) elevada à VILA, em 8 de julho de 1711.

A terceira elevada à categoria de VILA, em 17 de julho de 1711, foi a VILA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, atual município de Sabará.

Três anos após Sabará tornou-se sede da extensa comarca (Muito maior do que o território do município, que já era enorme), do Rio das Velhas, cuja jurisdição alcançava os limites de Goiás, Pernambuco e Bahia.

Não existia na época, tanto no Brasil colônia, quanto no imperial, um padrão para se elevar (Promover) determinado povoado a uma outra divisão administrativa.

Contudo, todas as vezes que uma divisão administrativa (aldeia, curato, freguesia, arraial, paróquia, aplicação) fosse elevada À VILA, ela tornava-se um município com direito a ter a sua própria CÂMARA DE VEREADORES e criar uma cadeia.

Outros diplomas legislativos, além dos dois requisitos acima, exigiam criações de locais para as sessões do júri e escola de instrução primária.

Pouco diferiam as leis que elevavam um povoado à VILA, contendo as seguintes determinações:

“Este município será instalado logo que os habitantes prontifiquem à sua custa um edifício com acomodação para a câmara municipal e cadeia.”

Apenas a título exemplificativo, o atual município de SANTA LUZIA foi elevado à VILA, desmembrando-se do de Sabará, em 1847.

A lei da Assembleia Legislativa Provincial que a elevou de freguesia à VILA, determinava que os habitantes da localidade ficassem obrigados a construir, à sua custa, os edifícios necessários para as sessões da Câmara e do Conselho de Jurados e cadeia com suficiente segurança para os presos.

Como não cumpriu as determinações acima, retornou, em 1850, a pertencer ao território de Sabará, somente se emancipando definitivamente em 1856. (Veja mais detalhes no tópico específico sobre a criação do município de Santa Luzia). (....)

A CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO OUTORGADA POR DOM PEDRO I EM 1824, E QUE DUROU ATÉ A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM 1889.

Dispunha em seu artigo 167:

“Em todas as cidades e vilas ora existentes, e nas mais, que para o futuro se criarem, haverá Câmaras...”

OS PODERES DAS ASSEMBLEIAS PROVINCIAIS NO IMPÉRIO.

Primeiramente é preciso considerar que o IMPERADOR, não obstante ter outorgado uma CONSTITUIÇÃO em 1824, o que já constituía um grande avanço, ainda mantinha poderes absolutos, podendo revogar, a seu critério, qualquer decisão das Assembleias provinciais (existentes em cada Província, hoje Estado) e das Câmaras de Vereadores.

Entre outros poderes, o Imperador poderia nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos, nomear magistrados, etc. Quem tinha os poderes para nomear, tinha para exonerar.

No império, as Províncias, a partir da promulgação da Carta Magna de 1824 até 11 de agosto de 1834, eram regidas por um CONSELHO GERAL, cujos membros eram eleitos, assim como os vereadores.

A partir da lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, foram criadas em todas as Províncias, uma ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em substituição aos Conselhos, com funções deliberativas e administrativas, sendo que a de Minas Gerais contaria com 36 membros, todos eleitos.

Além disso, em cada uma delas, haveria um PRESIDENTE.

Entre outros poderes, desde que adstritos aos interesses da própria Província, competia a mesma legislar sobre divisão civil, judiciária e eclesiástica, instrução pública, desapropriação por utilidade municipal ou provincial, sobre a polícia e economia

municipal, sobre despesas municipais e provinciais, tributos, decretar a suspensão e ainda mesmo a demissão de magistrado contra quem houvesse queixa de responsabilidade, etc.

As leis, exceto algumas de competência privativa da Assembleia Provincial, deveriam ser sancionadas pelo Presidente da Província, podendo vetá-las, mas posteriormente a Assembleia poderia derrubar o veto. (Veja uma hipótese, na criação do município de Santa Luzia). (.....)

Nesse período, as Câmaras municipais, embora pudessem ter interferência do Imperador e da própria Assembleia Provincial, tinha muitos poderes no âmbito do município, inclusive o de decretar prisões em determinados casos.

Apenas a título de exemplo, eis que a minha pesquisa nessa hipótese, limitou-se a São Domingos do Prata, veja, a seguir, um artigo que escrevi nesse sentido.

QUANDO SURTIU A INSTITUIÇÃO PREFEITURA E A FIGURA DO PREFEITO. ANTES, OS PODERES ESTAVAM CONCENTRADOS NA CÂMARA DE VEREADORES.

(Embora a minha pesquisa se limitou a São Domingos do Prata, talvez essa interpretação caiba a muitos municípios mineiros)

“A Câmara de vereadores de São Domingos do Prata, a partir de janeiro de 1894 até 1930. Neste

período se concentrava na Câmara os poderes deliberativo (legislativo) e executivo.

O vereador mais votado acumulava as funções de Presidente da Câmara e de Agente do Executivo de maneira a ser parte integrante da Câmara, e como Presidente e Agente do Executivo, tinha as mesmas prerrogativas dos demais vereadores.

Obviamente, como Presidente, poderia exercer uma certa liderança na direção dos trabalhos, inclusive participar das discussões dos projetos e resoluções, mas não tinha direito a voto.

Somente votava em caso de empate, dando o chamado voto “minerva”. O Agente do Executivo cumpria e executava o que a Câmara, pela maioria dos votos, aprovava e determinava.

A lei nº 2, de 14.09.1891 (lei de organização municipal), dava algumas funções para o Agente do Executivo realizar, mas sempre subordinadas as decisões da Câmara, tais como: executar e fazer cumprir todas as leis e resoluções da mesma, propor à Câmara a criação de empregos necessários ao desempenho de sua função, dar publicidade às resoluções da Câmara e formular e apresentar à Câmara todo ano, o orçamento do ano seguinte.

Esta lei regulava todo o processo, desde o conceito de distrito, município, requisitos para criações de distritos e municípios, condições de elegibilidade e impedimentos, remuneração do Agente do Executivo, eleições, etc.

Portanto, até o ano de 1930, não se pode dizer tecnicamente haver tido um prédio a abrigar a Prefeitura Municipal e sim, um da Câmara Municipal com seu plenário.

O poder municipal emanava do povo através das eleições, mas era exercido e executado pela Câmara Municipal.

A partir de 1930, com a revolução ocorrida naquele ano, todas as Câmaras de vereadores foram fechadas, inclusive a de São Domingos do Prata, daí, pelo menos em São Domingos do Prata, surgiu, pela primeira vez, a figura do prefeito e da instituição prefeitura.

FONTE: “a HISTÓRIA DO LEGISLATIVO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – DE 1890 A 1962”, DISPONÍVEL NO GOOGLE NA GALERIA EDELBERTO

AS 14 PRIMEIRAS VILAS (MUNICÍPIOS), CRIADAS EM MINAS GERAIS, AINDA NO PERÍODO COLONIAL. SÉCULO 18.

1711 – Vila de Ribeirão do Carmo, hoje Mariana.

- Vila Rica, hoje Ouro Preto.**
- Vila Real de Sabará.**

1713 – Vila de São João Del Rei.

1714 – Vila Nova da Rainha, hoje Caeté.

- Vila do Príncipe, hoje Serro.**

1715 – Vila Nova do Infante, hoje Pitangui.

1718 - Vila de São José Del Rei, hoje Tiradentes.

1730 – Vila de Minas do Fanado, hoje Minas Novas.

1789 – Vila de São Bento do Tamanduá, hoje Itapeacerica.

1790 – Vila de Queluz, hoje Conselheiro Lafaiete.

1791 – Vila de Barbacena.

1798 - Vila de Campanha do Príncipe da Beira, hoje Campanha.

Vila de Paracatu do Príncipe, hoje Paracatu.

SABARÁ – CAETÉ E ITABIRA.

É as suas jazidas de ouro que o fértil território de Sabará viu ser explorado e ver afluir uma tal aglomeração de gente que em 17 de julho de 1711 recebeu o nome de Villa de Sabará.

A algumas léguas dele, as ricas regiões de Caeté atraíram os aventureiros. Eles fundaram uma vila que foi criada em 29 de janeiro de 1714, Villa Nova da Rainha.

Em 1720, os irmãos Albernaz (Francisco e Salvador Faria) chegaram ao sopé de uma alta montanha, de forma cônica, onde descobriram jazidas auríferas.

Deram-lhe o nome de Itabira (ita, pedra, bira, brilhante) e dentro em pouco vieram exploradores agrupar-se em redor deles e a localidade tomou o nome de Itabira do Matto-Dentro.

O povoado de Sabará é bem anterior à data da sua emancipação.

A que tempo a história da fundação? Entre 1672 e 1676, afirma Rocha Pombo. Todavia, a escritora sabarense Lúcia Machado de Almeida (Passeio a Sabará), registra a data em 1674.”

A história consagra Borba Gato como o fundador do povoado de Sabará, porém há historiadores que discordam, como no trecho a seguir, extraído de um artigo da falecida confreira do IHGMG, a sabarense Carmem de Melo:

(..)Entre 1674 e 76, ali instalou-se com escravos, soldados e desbravadores, fundando os seguintes arraiais ou núcleos: 1o) Pompéu ou Gaia, devido a Manuel Afonso Gaia. Ainda conhecido o povoado, como Cuiabá; 2o) Arraial Velho de Sant'Ana, nome tomado à sua capela (...)

Contudo, outro sabarense: Zoroastro Viana Passos, autor do livro “Em Tono da História de Sabará”, aventou a hipótese de a região de Sabarabuçu ter sido palmilhada por aventureiros baianos, no Século XVI ou início do Século XVII, já que teriam tido fácil acesso, apesar da longa distância da Bahia, via Rio São Francisco e Rio das Velhas.

O OURO DE GONGO SOCO E A INTENDÊNCIA DE SABARÁ.

“Parabéns aos srs. oficiais da Intendência de Ouro Preto por terem já em que se ocupar. Três arrobas e tanto de ouro em pó acabam de chegar das lavras da Sociedade Inglesa do Gongo Soco para serem aqui fundidas.

Tanto é a abundância do precioso metal extraído naquelas minas, que já a intendência de Sabará não pode fundir quanto se lhe apresenta!

Das quatro Casas da Intendência que haviam em Minas ao tempo da Colônia, a de Sabará é a única que ainda existe. O belo casarão colonial hoje abriga o museu do ouro. Ele foi adquirido pelo dr. Louis Enschedé, que o comprou da família Paula Rocha, e o doou para o governo federal para nele instalar o Museu do Ouro.

COMPANHIA INGLESA DO GONGO SOCO – SABARÁ – 1829.

O jornal “O Astro”, em sua edição de 07 de abril de 1829, publicou:

“Sabará – Cartas fidedignas daquela vila nos asseguram que a companhia inglesa do Gongo Soco fizera entrar em menos de um mês para a Intendência fundir, vinte muitas arrobas de ouro e que é tal a quantidade que esperam tirar, que para não haver demora na fundição, requereram a S. M. (sua majestade) mais dois fundidores para aquela Intendência. Os céus a felicite com o seu novo Potossi.”

O TERRITÓRIO DE SANTA LUZIA JÁ PERTENCEU A SABARÁ.

Em 1847, através da lei provincial nº 317, de 18 de março de 1847, Santa Luzia desmembrou-se de Sabará

e levou também, desanexando-se de Sabará, as freguesias de Lagoa Santa, Matozinhos, Sete Lagoas e Santa Quitéria (atual Esmeraldas).

Contudo, em 1850, a Assembleia Legislativa aprovou a lei provincial nº 472, de 31 de maio, determinando que a Vila de Santa Luzia e as demais freguesias acima mencionadas, retornassem ao domínio do município de Sabará.

Porém, em 1854, a Assembleia Provincial aprovou nova lei restaurando a vila de Santa Luzia, mas o Presidente da Província vetou a referida lei.

Após longos debates na Assembleia Provincial, somente em 1856, por meio da lei provincial nº 755, de 30 de abril, é que Santa Luzia desmembrou-se definitivamente de Sabará, menos as freguesias de Capela Nova (atual município de Betim) e Santa Quitéria, que continuavam ligadas ao município de Sabará.

Portanto, em 1842, a batalha final da Revolução Liberal, vencida com grandes dificuldades por Duque de Caxias, ocorreu em território sabarense.

CONVENTO DE MACAÚBA – PEDINDO PARA PERTENCER A SABARÁ – 1856 –

Na sessão da assembleia Legislativa Provincial do dia 02 de maio de 1856, entre outras matérias que compuseram a pauta, foi lido o seguinte expediente:

“Transmitindo uma representação da câmara municipal da cidade de Sabará, cobrindo outra, em que as recolhidas de Macaúbas pedem passagem daquele estabelecimento para o município de Sabará, ficando desanexada do de Caeté, a que ora pertence.”

CONVENTO DE MACAÚBA INCORPORADO AO MUNICÍPIO DE SABARÁ – 1857 –

Pela lei nº 815, de 4 de julho de 1857, da Assembleia Legislativa Provincial, o Recolhimento de Macaúbas fica desmembrado do município de Caeté e incorporado ao município de Sabará.

DEPUTADO PROVINCIAL ASSIS MARTINS – NATURAL DE SABARÁ – 1860 –

Na sessão da Assembleia Legislativa Provincial do dia 22 de agosto de 1860, no meio de um seu pronunciamento, disse o deputado acima mencionado, cujo nome completo era dr. Ignacio Antonio Assis Martins:

“(.....) Sabará srs., é a minha terra natal, foi ali que recebi de carinhosos e desvelados pais a existência. Foi ali que bebi os princípios da pouca e quase nenhuma instrução que tenho. Foi ainda ali que mais ou menos se fortificou a minha razão, nos verdadeiros princípios de religião e de moral. Foi ainda ali, srs., que aprendi a saber cumprir deveres e respeitar as leis do meu país (.....).”

-SABARÁ de 1839, descrita pelo alemão Ernst Hasenclever:

“(...)Sabará está situada em um vale estreito, cercado por altas montanhas. Os dois rios, o Sabará e o volumoso rio das Velhas (...)envolvem a cidade em semicírculo.

Ao norte, a possante serra da Piedade forma o limite. (...) A cidade é bem movimentada, com muito comércio e indústria: tem diversas igrejas bonitas, algumas ruas boas e belas praças.

Conta-se de dez a doze mil habitantes. Os dois rios possuem boas pontes compridas de madeira, a do Rio das Velhas deve ter uns 200 passos.

Na época da seca, o leito do rio Sabará é baixo e está sempre cheio da garimpeiros. Na época da chuva, entretanto, suas águas aumentam muito.

Com as inundações, as margens rasas tornam-se prados férteis onde vi muito gado pastando (...).”

- SAINT’HILAIRE ao visitar Sabará no século 18, escreveu:

“Durante minha estada em Sabará, vi os principais moradores da vila; achei-os de uma polidez perfeita, modos distintos, boa aparência (...”. Não é raro encontrar-se em Sabará homens que receberam instrução e que sabem latim.”

IGREJA DO ROSÁRIO.

-A Irmandade dos Homens Pretos, pela fé e força do negro africano, teve início em Sabará com o nome de Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Barra do Sabará.

Essa Irmandade iniciou em 1767 a construção da igreja do Rosário, que seria destinada para os escravos assistirem os cultos religiosos.

Porém, com a abolição da escravatura em maio de 1888, eles, livres, abandonaram a construção e no local ficou uma igreja inacabada, mas o que já haviam construído, entrou para a história e se tornou um belo monumento, todo de pedra.

PAULO BARBOSA DA SILVA, O SABARENSE HEROI DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E TAMBÉM FUNDADOR DA CIDADE DE PETRÓPOLIS.

Nasceu em Sabará por volta de 1790. Em 1821, Dom Pedro I estabeleceu duas condições para declara a independência do Brasil: Obter o apoio das Províncias de Minas Gerais e São Paulo.

Ele, aos 31 anos de idade, foi incumbido pelo Imperador para conseguir o apoio da Província mineira e, após visitar diversos municípios, alcançou o seu objetivo.

Tendo o Imperador recebido o apoio da Província de São Paulo, em 07 de setembro de 1822, declarou a independência.

Em 1831, para fugir do verão do Rio de Janeiro, Dom Pedro I, pensou em construir um palácio fora de suas divisas.

Após algum tempo, percebeu que o local ideal para construir o seu palácio de verão, seria na região serrana do atual município de Petrópolis.

No local realizou todos os preparativos para a construção do Palácio Imperial, tendo inclusive contratado um arquiteto e um engenheiro. Contudo, o seu plano foi frustrado, eis que em 07 de abril de 1831, foi obrigado a abdicar e retornar a Portugal.

Tendo assumido a Regência com o falecimento de Dom Pedro I, em 1834, Dom Pedro II herda a fazenda, mas em princípio nada fez, até que PAULO BARBOSA DA SILVA, então mordomo da Casa Imperial, cargo de hierarquia na época, tomou a iniciativa de retomar os planos de Dom Pedro I e construir o palácio de verão.

FUNDANDO A CIDADE DE PETRÓPOLIS.

PAULO BARBOSA DA SILVA aliou-se ao engenheiro alemão (Posteriormente naturalizado brasileiro) Júlio Frederico Koeler e juntos colonizaram a região, através do arrendamento de suas terras e, com esta iniciativa, conseguiram recursos para a construção da Casa Imperial de Dom Pedro II.

Foi através dessa iniciativa que se iniciou o povoamento da cidade de Petrópolis, motivo pelo qual

os dois são considerados fundadores da cidade de Petrópolis.

AS IGREJAS DO CARMO E DE NOSSA SENHORA DO Ó DE SABARÁ NA DESCRIÇÃO DA SABARENSE CARMEM DE MELO.

A Igreja do Carmo - Templo todo construído em pedra, ergue-se em linhas sóbrias e discretas.

Atribui-se sua arquitetura ao mestre Tiago Moreira, o desenhista do seu frontispício, depois, modificado por Antônio Francisco de Lisboa, o Aleijadinho.

O ALEIJADINHO que trabalhou em Sabará, de 1771 a 1783, coube fazer a porta principal do templo, os dois púlpitos em madeira policromada, as armas do frontispício, a balaustrada da nave, o conjunto do coro, assim como as imagens de São Simão Stock e São João da Cruz.

Os trabalhos de talha dos altares laterais são de Vieira Servas e as pinturas do teto de Joaquim Gonçalves da Rocha.

O poema escultórico sonhado por Aleijadinho, na Igreja do Carmo, tem sua primeira estrofe no frontal que encima a portada e só o milagre do gênio pôde fazer evadir-se da pedra aquele maravilhado vôo de anjos, alcançando a Coroa da Mãe de Deus.

E avança o lirismo escultórico em estrofes de púlpitos, altares laterais e altar-mor, isolados do corpo

da Igreja por estupenda balaustrada. O jacarandá e o ouro enriquecem a magnífica composição plasmando e recobrando grades e colunas. O poeta do escopro exaure à pedra do púlpito a exibição das parábolas evangélicas, a mais expressiva, a do Avarento, tendo em sua arca de moedas, o coração.

São Simão Stock, num dos nichos laterais, figura a integridade de um verso visto através de um olhar em pureza sobre todo o templo.

E é uma terceira estrofe do poema a torneada grade de jacarandá guardando a nave aristocrática em reserva de diplomáticas acomodações.

Afinal, a estrofe do coro, riqueza também do jacarandá versejado em pares ao desenho de polida grade erguida à hercúlea força de dois assombrosos atlantes - O Carmo, o maior poema de Aleijadinho em Sabará cantado!

A SENHORA DO Ó.

Em expectativa do ato em futuro remotíssimo qual fosse a emancipação política da Vila em Cidade, a grande igreja sabarense chamada da "Expectação do Parto de Nossa Senhora", através da arte que a edificou em abundância de ouro e tintas, foi a alvorecente espectadora do apogeu da Villa Real a elevar-se em cidade.

Obra-prima do estilo indo-português, a mais encantadora igreja de Sabará e talvez das Gerais, é o pequenino, todavia suntuoso, cofre do perdulário ouro a

compor em obras de arte, a fabulosa riqueza das minas itaberabossueses...

Exterior simples e singelo aportuguesando o arquitetônico de um pagode chinês, antagoniza-se quase a seu interior, impar beleza, tornando bem visível a influência da China.

Talha dourada sobre fundo vermelho, faz-se originalidade mostrando "painéis de chinesices e madonas de olhos oblíquos". Esta bizarria explica-se, parece, por anônimos artistas reinóis, vindos à possessões portuguesas na Ásia. Portas chinesas, de raríssima pintura oriental, a ouro e tintas, o comprovam.

Interjeitivos e por isto com H final deveria ser o Ó que a indica, achado a invocações precedentes dos versículos de litânicas à Mãe de Deus, ouvidas pelo devoto que, pelo fato, passou a chamar o templo de Igreja de Nossa Senhora do Ó.

Recita uma lenda outra origem do nome, atribuído ao milagroso Ó, que discerrou os lábios da menina muda, imprevistamente, lendo a letra O, mostrada no quadro negro por sua professora.

A escola ficava na cercania do templo e a professora achou que o milagre fora feito por Nossa Senhora ali venerada, ensinando a designar a igreja por Igreja de Nossa Senhora do Ó.

No colo montanhoso de Minas Gerais, a Igrejinha do Ó, é uma relíquia na estupenda miniatura do nababesco ouro encontrado às minas de Sabará.

A monumentalidade plástica — eis a face muda de um passado morto, até quando não lhe dá palavra a

História. Quando esta recorda dois séculos como o XVII e o XVIII, seu mais faustoso relato explicando-se através das artes que ritmam sua comovedora expressão barroca, ao estilo do tempo.

Também a jóia transformadora do ouro chegado em bateia às oficinas de mestres e artistas, sentiu a influência daquele tempo e, na Vila de Nossa Senhora do Ó, criou sua apaixonada figuração barroca a compor, com os figurinos da época, as mais requintadas "toilette" femininas.

ALGUMAS POSTURAS.

VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA.

-Por volta de 1894, os pais eram obrigados a levarem os filhos para vacinarem, sob pena de serem multados e até presos.

SEPULTAMENTO DE CADÁVERES.

- A Câmara marcará um prazo dentro do qual não será permitido sepultar nenhum cadáver senão em cemitério. O contraventor, seja o pároco, fabricante, testamenteiro ou herdeiro, cada um de per si, pagará a multa de trinta mil réis e oito dias de prisão e na reincidência o duplo.

--Somente após 1848, tornou-se obrigatório o sepultamento de cadáveres em cemitérios e a partir de 1851, eles não podiam ser sepultados antes de 24 horas.

Nesse período era permitido a propriedade de cemitérios particulares.

35

“A Assembleia Legislativa Provincial, através da Resolução de nº 457, de 20 de outubro de 1849, determinou que os proprietários de cemitérios particulares ficassem obrigados a enviar trimestralmente ao pároco da Freguesia ou capelão cura das capelas curadas, uma relação de todas as pessoas sepultadas em seus cemitérios, declarando seus nomes, idades, estados, condição e enfermidade que resultou a morte.”

MATADOUROS.

- Só nos matadouros públicos ou nos particulares, com licença, se poderão matar e esquartejar reses. Os donos, porém, as poderão vender pelo preço que quiserem, desde que o façam em local onde se possa fiscalizar a licença, a salubridade dos talhos e a da carne, como também a fidelidade dos pesos. Multa de quatro mil réis e dois dias de prisão.

SCRIFÍCIO DOS GADOS.

- O gado somente poderia ser sacrificado após 24 horas da sua chegada ao matadouro.

- Os que de propósito colocassem gado nas plantações alheias ou terras cercadas, abrindo a cerca para esse fim, seriam punidos com a multa de oito mil réis e quatro dias de prisão, além da reparação do dano.

SACRISTÃOS E OS INCÊNDIOS.

- Os sacristãos eram obrigados, em caso de incêndio, a tocar o sino da igreja para alertar a população.

- Os carpinteiros, pedreiros, jornaleiros eram obrigados a acudir ao fogo quando esse pegar em qualquer edifício. Os sacristãos com o toque dos sinos teriam que dar sinal de incêndio e quando não o fizessem, desde que tenham sido avisados e chamados, sofreriam a multa de oito mil réis e quatro dias de prisão.

CASTIGOS NOS ALUNOS.

- Em 1858, era permitido ao professor aplicar castigos físicos nos alunos, desde que moderadamente.

MATÉRIAS MINISTRADAS NAS ESCOLAS DE SABARÁ.

- Em 1857 eram ministradas as seguintes matérias em uma escola de Sabará: Latim, francês, inglês, aritmética, álgebra, geometria, trigonometria retilínea, história e geografia e depois, filosofia e retórica.

PAI DE SANTOS DUMONT EM SABARÁ.

- Em 1876 foi autorizada a construção de uma nova cadeia em Sabará, a cargo de Henrique Dumont, pai de Santos Dumont.

O jornal “O Noticiador”, publicou em sua edição do dia 16 de agosto de 1881:

“Ao diretor geral das obras públicas, declarando em resposta ao seu ofício de hoje, que designe o engenheiro Bruno Von Sperling para ir proceder aos necessários exames na ponte grande de Sabará construída ultimamente pelo cidadão Henrique Dumont.”

CADEIA EM SABARÁ.

Em 1876, é autorizada a construção de uma nova cadeia em Sabará pelo engenheiro HENRIQUE DUMONT, pai de Santos Dumont.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS CASAS COMERCIAIS E FARMÁCIAS.

- As casas de negócios, exceção das boticas (farmácias), deviam fechar-se até às nove horas da noite. Na cidade em que houvesse sino na cadeia, o mesmo deveria bater um quarto antes das nove horas.

Nos outros lugares deveriam tocar os das matrizes ou capelas. Multa de dois mil réis. É também contraventor o sacristão que não tocasse o sino.

OBRIGAÇÕES IMPOSTAS AOS FARMACÊUTICOS.

-Os farmacêuticos (boticários) somente poderiam vender remédios desde que apresentada receita médica.

- O Boticário (farmacêutico) que a qualquer hora do dia e da noite não abrisse a porta para vender remédios aos que viessem comprar com receita do Facultativo (médico), pagaria por cada vez a multa de quatro mil réis, salvo se mostrar que o comprador lhe não tem pago seus remédios por outras vezes.

- Era proibido aos Boticários exercerem conjuntamente a profissão de médicos. Multa de quatro mil réis e o dobro na reincidência.

PORCOS E CÃES SOLTOS NA CIDADE.

- Qualquer pessoa do povo poderia matar os porcos que andassem soltos pela cidade, o mesmo ocorrendo com os cães que não fossem de caça e se estivessem andando sem a focinheira.

ESCRAVOS – TRATAMENTOS.

- Quando o Senhor não pagasse a multa sofrida pelo escravo, este era açoitado de 25 até 20 chicotadas, dependendo do valor da multa.

-Os escravos, gados e cavalos achados, sem que se soubessem os donos, passavam a ser propriedade do município.

- Ajuntamento de escravos, era proibido permanecer nas tabernas ou casas de bebidas, exceto se tiver comprando

- A nenhum escravo poderia se conceder licença para ter loja de ofício, exceto se autorizado pelo seu senhor.

- Todo jogo era proibido aos escravos e moços impúberes. Os que neles forem achados nas tavernas ou em qualquer lugar público sofrerão a prisão de dois dias. Os taverneiros além de sofrerem esta pena, pagarão a multa de quatro mil réis.

- Quando o multado fosse escravo e não tiver meios de pagar a multa e se seu Senhor não pagá-la, será comutada em açoites nesta ordem:

- Multa de até um mil réis, em vinte e cinco açoites.

- De mais de um mil até quatro mil réis, em cinquenta açoites. Mais de quatro mil réis até dez mil réis, em cem. Mais de dez mil réis até vinte mil réis, em cento e cinquenta.

- Mais de vinte mil réis até trinta mil réis, em duzentos. Porém nunca poderia ser mais de cinquenta açoites em cada dia e o réu se conservará preso até que se finaliza o castigo.

-Se algum escravo fosse encontrado dentro das plantações ou casas alheias e se tornasse suspeito, seria castigado com cinquenta açoites, salvo se tiver tido autorização do dono.

-O Teatro Municipal de Sabará não era palco somente de espetáculos, mas ali também eram levadas as questões

sociais da época. Bento Epaminondas criou, em ficção, a libertação dos escravos das minerações inglesas.

40

-A montagem teve o nome de "A vingança do escravo", de grande sucesso e várias apresentações. Uma das noites, após a encenação, Epaminondas viu-se em uma séria discussão com o diretor da Companhia de Mineração Cacaís, que exigia explicações sobre a apresentação que acabara de ver.

-Em 1885, um jornal de Sabará publicou o seguinte anúncio:

"O abaixo assinado compra e vende escravos por preços que qualquer outro não poderá fazer, assim como continua, como até aqui, a recebê-los para vender mediante a porcentagem de dez por cento, deduzidas as despesas."

Também nesse mesmo ano, outro anúncio a demonstrar os costumes da época:

Praça de bens de raiz, escravos, animais e outros objetos no município de Sabará.

No dia 25 de novembro de 1878, na fazenda do Barreiro, freguesia do Curral d'El-Rey, termo de Sabará, foi à praça os bens do finado coronel (..), para pagamento de credores, sendo: boa fazenda de cultura com todas as máquinas, campos de criar, grandes cafezais, escravos, burros, gado excelente de criar e outros bens.

Procedeu-se em Sabará, em virtude da lei de 28 de setembro de 1885, a matrícula de escravos.

Existiam matriculados até 30 de junho de 1885, 2.871 escravos. Destes, maiores de 60 anos, 473.

41

-Em 1877, encerrou-se a matrícula de escravos. Tendo tingido o número de 1.192 escravos matriculados. Somente foram arrolados dois sexagenários.

A anterior matrícula de 1871 foi de 4.777 escravos, havendo, portanto, uma diminuição de 3.585, o que prova o quanto a escravidão deste município foi reduzida.

- Quando o multado não fosse escravo, não tivesse meios de pagar as multas lhe imposta, esta era comutada para prisão, contando cada dia de prisão pela quantia ou jornal que o multado pudesse vender com o trabalho diário. Ficaria preso, contudo, um dia se a multa for pequena e não chegar ao vencimento ou lucro de trabalho diário. Reputa-se dia o espaço de vinte e quatro horas.

- Em 1872, os escravos representavam 15,24% da população brasileira. Os estrangeiros somavam 3,8%, a maioria deles portugueses, alemães, africanos livres e franceses.

CENSO NAS PROVÍNCIAS REALIZADO EM 1872.

-O censo de 1872, registrou quase 10 milhões de habitantes.

-Foi o único abrangendo todo o país realizado no Império, a população ESCRAVA em Sabará e em seus distritos de então, era:

Nossa Senhora da Conceição de Sabará (353 homens e 331 mulheres). Total: 684.

42

Nossa Senhora da Lapa (120 homens e 104 mulheres). Total 224.

Santa Quitéria (832 homens e 729 mulheres). Total: 1.561.

Nossa Senhora da Conceição dos Raposos (522 homens e 510 mulheres). Total: 1.032.

Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará (1.705 homens e 1.579 mulheres). Total: 3.284.

Santo Antônio do Rio Acima (255 homens e 265 mulheres). Total: 520.

Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral D' El Rey (191 homens e 145 mulheres). Total: 336.

Nossa Senhora do Carmo de Betim (397 homens e 358 mulheres). Total: 755.

São Gonçalo da Contagem (297 homens e 289 mulheres). Total:

586.

TOTAL GERAL: 8.982.

QUADRO GERAL DA POPULAÇÃO LIVRE DE SABARÁ (EXCLUÍDOS OS NÚMEROS DE ESCRAVOS) – ANO DE 1872:

Nossa Senhora da Conceição de Sabará (3.053 homens e 3.128 mulheres). Total: 6.181.

Nossa Senhora da Lapa (1.374 homens e 1.404 mulheres). Total: 2.778.

Santa Quitéria (4.553 homens e 4.334 mulheres). Total: 8.887.

Nossa Senhora da Conceição dos Raposos (2.444 homens e 2.537 mulheres). Total: 4.981.

Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará (3.210 homens e 3.207 mulheres). Total: 6.417.

Santo Antônio do Rio Acima (812 homens e 809 mulheres). Total: 1.621.

Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral D'El Rey (2.499 homens e 2.639 mulheres). Total: 5.138.

Nossa Senhora do Carmo de Betim (2.036 homens e 2.131 mulheres). Total: 4.167.

São Gonçalo da Contagem (3.180 homens e 3.114 mulheres). Total: 6.294.

Total de homens e mulheres em relação ao estado civil, considerando apenas a cidade de sabará, que, em 1872, era conhecida como Nossa Senhora da Conceição de Sabará.

OUTRAS LOCALIDADES QUE PERTENCERAM AO MUNICÍPIO DE SABARÁ NOS PERIODOS COLONIAL E IMPERIAL. ALGUNS EM TEMPOS DIFERENTES. NÃO SE TRATA DA COMARCA, ESSA, NO INÍCIO, ERA AINDA MAIS EXTENSA.

O seu território (além da comarca) era imenso, a ponto de um deputado da assembleia provincial ter dito, em uma de suas sessões, que Sabará parecia uma Província, posto pertencer ao seu território e submetido as leis emanadas de sua Câmara, hoje prósperos municípios mineiros, tais como, entre outros: Belo Horizonte, Nova Lima, Curvelo, Sete Lagoas, Betim, Santa Luzia, Esmeraldas, Sarzedo, Rio Acima, Contagem, Lagoa Santa etc.

MUDANÇA DE NOME ATRAVÉS DE ANÚNCIO EM JORNAL.

“O abaixo assinado para evitar os inconvenientes que podem resultar da identidade de seu nome com muitos outros que tem visto até em empregos públicos, resolveu assinar-se de hoje em diante Carlos José da Silva Martins, acrescentando o ao nome Martins, que antes não tinha”

ESPETÁCULOS DE TOUROS EM SABARÁ.

- Em 1851, proibiu-se o espetáculo de touros em Sabará.

NAVEGAÇÃO A VAPOR NO RIO DAS VELHAS.

- Em 1856, foi autorizada a navegação do Rio das Velhas, partindo de Sabará até Curvelo, também pertencente ao município de Sabará.

- Também nesse ano de 1856, a Assembleia Legislativa Provincial autorizou ao Presidente da Província a contratar os serviços para navegação a vapor sobre o Rio das Velhas, desde Sabará até a sua foz no Rio São Francisco.

-No livro “O caminho dos currais do Rio das Velhas, de autoria de Eugênio Marcos Andrade Goulart, ele disse “que o primeiro barco a vapor a sulcar o Rio das Velhas e o São Francisco foi o Saldanha Marinho”, que teria sido construído próximo a Sabará por Henrique Dumont, pai de Santos Dumont.

PEDÁGIO PARA ATRAVESSAR PONTES EM SABARÁ E EM SEU DISTRITO DE CURRAL DEL REI.

-Os carros ou carretões que atravessavam as pontes do município conduzindo madeiras pagariam, na cidade, quatro mil réis e nas freguesias, dois mil réis, salvo os pequenos pontilhões sobre córregos ou ribeirões, não sendo as pontes do Saco, Pampulha, Gameleira, Santa Rita, da Onça e Arrudas.

LICENÇA PARA EDIFICAR.

- Não se poderia na cidade e arraiais, sem licença, edificar e reedificar, fazer obras ou conserto, que ofendia o alinhamento. Multa do triplo do salário do alinhador.

- Todo ou parte do edifício, obra, ou conserto, que ofendesse o alinhamento seria desfeito à custa do

proprietário, se não obteve a licença e do alinhador, se infringiu a disposição do artigo 3º, que regula os deveres do alinhador.

46

- Os moradores eram obrigados a conservar limpas as testadas de suas casas e quintais. Multa de um mil réis e o dobro na reincidência

LIXOS NAS RUAS.

- Era proibido lançar imundices nas ruas e praças, ainda que por encanamentos que despejassem nelas. Fazer estrumeiras (estercos), lançar animais mortos ou moribundos. Multa de dois mil réis. Os animais dever ser enterrados nos quintais ou fora da povoação.

-Era proibido encher (obstruir) as ruas e praças com materiais ou entulhos de qualquer gênero. Multa de dois mil réis.

USO DAS ÁGUAS.

- Ninguém poderia utilizar porção d'água, pública ou particular, para o próprio uso, sem licença da autoridade competente. Multa de quatro mil réis.

PESCARIAS.

- Era proibido matar peixe com veneno, vender alimentos corrompidos e falsificar os gêneros, misturando-lhes outra substância, que aumente o peso, volume ou

quantidade. Multa de dez mil réis e oito dias de prisão. O dobro na reincidência.

- Em 1877, foi proibido o uso de dinamites no município de Sabará.

ÉPOCAS DE FOME.

- Em tempo de fome (que se entende ser aquele em que são alterados consideravelmente os gêneros de primeira necessidade) seriam obrigados os lavradores e condutores do gênero referidos a descarregá-los no local designado em edital da Câmara. Multa de oito mil réis e quatro dias de prisão, além de serem nulas as vendas feitas.

LICENÇA PARA ESTABELECEER QUALQUER NEGÓCIO.

- Nenhuma casa de negócio, qualquer fosse o título, poderia estabelecer no município sem licença anual. Multa de vinte mil réis e um dia de prisão. Igual licença seriam obrigados a tirar todos os mestres de ofícios, que desejassem ter tendas públicas. Pena as mesma mencionadas no tópico anterior.

AUXÍLIO AOS ÓRFÃOS.

- A Câmara deveria dar aos meninos órfãos os socorros que fossem compatíveis com as suas forças e pagaria pela sua criação e educação a quantia de seis mil réis por mês até a idade de sete anos.

- Os pais que reconhecessem como seus filhos os órfãos, seriam obrigados a pagar sua educação até os sete anos.

PROIBIDO PEDIR ESMOLAS.

- Era proibido pedir esmolas por qualquer motivo, pena de trinta mil réis de multa. Excetuava-se a Misericórdia, as irmandades do Santíssimo e Almas e as que nos seus compromissos tiverem licença de pedir.

ALUNAS DE CAETÉ TINHAM QUE PRESTAR EXAMES EM SABARÁ.

- As alunas de um colégio de Caeté deveriam, todos os anos, serem submetidas a exame na escola normal de Sabará.

USOS DE ESPADAS E ARMAS DE FOGO NAS RUAS – 1832.

-Com licença do respectivo Juiz de Paz, a quem compete o conhecimento e fiscalização, se poderá ter em casa e trazer em jornadas as armas de fogo, devendo, porém, ao entrar nas povoações lançarem fora as escorvas (cápsulas), ou tirassem as pedras, sem que, contudo, as tragas ocultas.

Com a mesma licença é também permitido o uso de espadas e outros ferros à maneira destes, que servem para defesas.

Contudo, que as tragam na cinta ou a tiracolo e não desembainhadas debaixo de capotes ou por outra maneira encobertas. A lança ou zagaia com bainha é também permitida.

Também com licença se permite o uso de facas de ponta redonda aos que se empregam em exercício, e que sejam indispensáveis e isso somente enquanto durar a ocupação que as motivar e, bem assim, o uso de outros instrumentos perfurantes, enquanto durar o trabalho, para que se tenham precisos.

LIBERDADE DE IMPRENSA – 1833 -

Faço saber aos cidadãos adiante relacionados, na qualidade de juízes de fato, que em consequência de uma denúncia dada por (...), tem de ser julgado no Conselho do Júri, (...), por abuso de liberdade de imprensa, que o denunciante presume cometido contra si em um avulso, que anexou.

JÚLIO RIBEIRO.

O sabarense, Júlio Ribeiro, nascido em 16.04.1845, escritor famoso e membro da Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 1º de novembro de 1890.

“Honestidade não é mérito, é dever. Ninguém recebe ovações por ser honesto. Se cada homem de bem recebesse uma manifestação, as charangas não

teriam mãos a medir. Há muita gente honesta, honra seja à humanidade.”

“O homem público, na qualidade de homem público não tem individualidade; é um órgão social”.

“Meu crime é ser sincero. Ou é republicano ou não é. É amigo ou inimigo. Tem religião ou não tem.

“Para Manuel Bandeira, seu sucessor na Cadeira nº 24 da Academia Brasileira de Letras, Júlio Ribeiro pagou caro “a glória relativa de ser o iniciador em nossa ficção daquela coragem de dizer quase tudo”

ALGUMAS DE SUAS OBRAS E CURIOSIDADES.

Era um autodidata. Conhecia com profundidade a língua portuguesa, além do latim, grego, inglês, francês, italiano e espanhol.

Foi também professor de retórica. Publicou nos jornais da época estudos sobre filologia, arqueologia e erudição em geral.

Como romancista, filiou-se ao naturalismo. A Loja maçônica Perseverança inaugurou uma escola noturna e um dos textos adotados foi a “Cartilha Nacional” de Júlio Ribeiro.

Em 1867, começa a colaborar com os jornais ‘Imprensa Evangélica’ e ‘O Parayba’.

Em 1868, fixa residência em Taubaté, é aprovado em concurso para o magistério e filia-se à maçonaria em São Paulo.

Em 1870, filia-se à igreja Presbiteriana de São Paulo e começa a lecionar na Escola Americana.

Em 1872, inicia aulas particulares em sua casa em Sorocaba e anuncia que passaria a assinar Júlio Ribeiro, eliminando o ‘CÉSAR’, de seu nome.

Em 1876 publicou, em dois volumes, o romance Padre Belchior de Pontes, pela tipografia da Gazeta de Campinas.

Em 1877, publica ‘Os Fenícios no Brasil’, na revista do Almanaque Literário de São Paulo.

Em 1880, publica Traços Gerais de Linguística.

Em 1881, publica um de seus maiores sucessos na época, a “Gramática da Língua Portuguesa”.

Theophilo Braga, literato português, a considera a melhor gramática da língua portuguesa até então, opinião compartilhada pelo grande linguista André Lefreve.

Em 1885, uma coletânea de Cartas Sertanejas.

Em 1887, ‘Procelarias’, uma coletânea de diversos artigos sobre variados temas.

Os seus ataques ao padre Senna Freire foram reunidos em um célebre livro denominado ‘Uma polêmica célebre’.

Em 1887, traduziu para o português a Gramática de Holmes, professor da Universidade de Virginia, sob o título de “Tratado de Puerícia”.

Fez outras traduções do inglês para o português, inclusive do famoso conto de Edgard Allan Poe, denominado ‘Assassinos da rua Morgues’.

‘Cartas Sertanejas’ foram artigos publicados no Diário Mercantil de março a junho de 1885 e escritos na cidade paulista de Capivari.

ZORASTRO VIANNA PASSOS.

Nasceu em Sabará em sete de setembro de 1887 e faleceu, aos 58 anos, em 05 de setembro de 1945.

Foi, entre inúmeros outros cargos de relevo, professor catedrático da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, membro do Conselho da Universidade de Minas Gerais, Diretor do hospital Militar de Belo Horizonte, Conselho da Belgo Mineira, membro da Academia Mineira de Letras.

Fundou em Sabará o Hospital Abreu Guimarães, além de ter tido uma participação ativa na história da Santa Casa de Sabará.

Contudo, eternizou-se perante o povo de Sabará, ao escrever o livro “Em torno da história de Sabará”.

O SABARENSE MARQUÊS DE SAPUCAI – (CANDIDO JOSÉ DE ARAUJO VIANNA) –

O Anuário de Minas Gerais disse ter o Marquês de Sapucaí nascido em Sabará.

Na realidade, Candido José de Araujo Vianna (o nome Araujo Vianna é de família tradicional de Sabará), nasceu em 1793, na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas de Sabará (Naquela época chamava-se Nossa Senhora do Pilar do Congonhas de Sabará, depois Congonhas de Sabará, Vila Nova de Lima e atualmente município de Nova Lima).

No entanto, naquela quadra da vida imperial, a freguesia pertencia ao território do município de Sabará, o que implica em dizer ser o mesmo filho de Sabará, como consignado no Anuário de Minas.

Marquês de Sapucaí faleceu no Rio de Janeiro no dia 23 de janeiro de 1875, ainda no período imperial, quando a freguesia Congonhas de Sabará continuava vinculada ao município de Sabará.

Exerceu o honroso cargo de mestre de S. M. o Imperador, de Suas Augustas Irmãs e das senhoras Condessa d'Eu e Duquesa de Saxe. Em 15 de dezembro de 1864 foi testemunha, por parte de S. M. o Imperador, do casamento da princesa D. Leopoldina.

Eleito deputado pela província de Minas Gerais, na primeira legislatura de 1826 a 1829, foi reeleito nas seguintes e ocupou na câmara os lugares de vice-presidente (de 1835 a 1837) e de presidente (de 1838 a 1839), até ser nomeado senador do império em 29 de outubro de 1839.

Foi presidente das províncias das Alagoas e do Maranhão, ministro e secretário de estado dos negócios de fazenda, de 14 de dezembro de 1832 a 2 de junho de 1834, e dos negócios do Império de 23 de março de 1841 a 20 de janeiro de 1843.

Sendo conselheiro de estado, foi agraciado em 2 de dezembro de 1854 com o título de visconde do Sapucaí com grandeza e elevado a marquês do mesmo título por decreto de 15 de outubro de 1872.

Foi também Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e no Rio de Janeiro e em sua homenagem foi inaugurado em 1984 o sambódromo na cidade do Rio de Janeiro.

O SABARENSE FERNANDO DE MELO VIANNA.

Nasceu em Sabará, Estado de Minas Gerais, a 15 de março de 1878 e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 1º de fevereiro de 1954.

Entre diversos outros cargos, esse sabarense histórico foi político, magistrado, promotor público, deputado estadual e federal, advogado, governador do Estado de Minas Gerais, Vice-presidente da República, exilado político, Presidente da Assembleia Nacional constituinte em 1946, senador e vice-presidente do Senado Federal, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Fez humanidades no Colégio do Caraça, MG, e os preparatórios no Ginásio Mineiro de Ouro Preto, MG.

Bacharelou-se pela FLDMG (Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais) em 1900, na turma de Artur da Silva Bernardes e Raul Soares de Moura, dela tendo sido o orador oficial na solenidade de formatura. Em 1953, frequentou o Curso Especial da Escola Superior de Guerra.

Eleito Presidente de Minas Gerais para completar o período de Raul Soares de Moura (falecido a 4 de agosto de 1924), permaneceu no posto de 21 de dezembro de 1924 a 31 de março de 1926, quando se exonerou para candidatar-se à Vice-Presidência da República.

Eleito Senador Constituinte Federal de 1946 e para a 1ª e 2ª Legislaturas (1946-1955), ocupou os cargos de Presidente da Assembleia Nacional Constituinte e Vice-Presidente do Senado (1946-1950) e, neste, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, produzindo vários trabalhos, como a questão da imunidade e regalias diplomáticas.

Quando Presidente do Estado de Minas Gerais passou a utilizar nas obras públicas do aço fabricado na Usina de Belgo Mineira de Sabará que, embora produzido na gestão de Louis Ensck com a técnica mais avançada da época, sofria restrição por ser produto Nacional.

A partir da iniciativa de Melo Vianna o preconceito acabou e a Belgo Mineira tornou-se, na época, a maior empresa siderúrgica do Brasil e depois da inauguração, em 1937, da usina de João Monlevade, a maior da América Latina.

**O SABARENSE AUGUSTO DE LIMA.
(ANTÔNIO AUGUSTO DE LIMA)**

Algumas passagens na vida deste histórico sabarense.

Augusto de Lima nasceu no distrito de Sabará, então denominado Congonhas de Sabará, em 05 de abril de 1859, tendo falecido no Rio de Janeiro em 22 de abril de 1934.

Congonhas de Sabará é atualmente o município de Nova Lima.

No decorrer de sua existência o Município de Nova Lima, teve diversas denominações, tais como: Congonhas de Sabará, Nossa Senhora do Pilar do Congonhas de Sabará e Vila Nova de Lima.

Vou abrir um parêntesis para demonstrar, através de legislação, que o atual município de Nova Lima teve o seu território, incluindo a Mina de Morro Velho, pertencente ao do município de Sabará, desde tempo remoto, até a República, mais precisamente até 04.02.1891.

No recenseamento nacional efetuado em 1872, por determinação do Imperador, Nova Lima ainda aparece como freguesia de Sabará e com a denominação de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas de Sabará.

Já o Decreto nº 304, de 5 de fevereiro de 1891 (nos primórdios do regime Republicano), estatuiu:

“Fica elevada à categoria de Vila e constituída em município com a denominação de Vila Nova de Lima a

freguesia de Congonhas de Sabará, desmembrada do município de Sabará.

O novo município não terá foro civil e se comporá, além da freguesia da Vila, da de Santo Antonio do Rio Acima, desmembrada do município de Sabará.”

Portanto, tanto Nova Lima, quanto Rio Acima, pertenceram a Sabará na fase do império, somente se desmembrando em fevereiro de 1891, no início do período Republicano. Em 1923, através da lei nº 843, de 07 de setembro, a Vila de Nova Lima, recebeu o nome definitivo de Nova Lima.

ALGUNS CARGOS E ATIVIDADES POR ELE EXERCIDOS, sem obedecer uma ordem cronológica.

-Patrono do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

-Membro da Academia Mineira de Letras, na qual tornou-se Presidente honorário.

-Membro da Academia Brasileira de Letras.

- Governador de Minas Gerais.

-Senador do Congresso Constituinte mineiro responsável pela outorga da primeira Constituição mineira da era republicana, em 1891.

- Deputado federal em 1910.

-Membro da Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição Federal de 1934.

-Bacharelou-se em Direito em Faculdade de São Paulo, no ano de 1882.

- Fundou, junto a outros colegas de faculdade, a revista de “ciência e letras”.

- Como advogado do Governo mineiro, teve atuação ativa e brilhante nas questões relativas as divisas de Minas com São Paulo, Goiás e Espírito Santo.

- Promotor de Justiça em Leopoldina, depois nomeado Juiz municipal.

- Juiz de Direito em Conceição da Serra no Estado do Espírito Santo.

- Em Minas Gerais, juiz de Direito em Ouro Preto, quando ainda capital de Minas. Foi também nomeado Juiz de Direito de Boa Esperança, mas não chegou a tomar posse, por ter sido escolhido Chefe da Polícia mineira.

- Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais.

- Diretor do Arquivo Público Mineiro.

- Professor da Faculdade Livre de Direito em Ouro Preto, embrião da faculdade federal de Direito de Belo Horizonte.

- Em 1935, o prefeito de Belo Horizonte, Otacílio Negrão de Lima, determinou fosse denominada Avenida Augusto de Lima, a antiga avenida Paraopeba.

- Por iniciativa do IHGMG teve o seu busto inaugurado na Praça Afonso Arinos em Belo Horizonte.

O SABARENSE CRISTIANO MACHADO.

Cristiano Monteiro Machado. Nasceu em Sabará, MG, a 5 de novembro de 1893, e faleceu em Roma, Itália, a 26 de dezembro de 1953.

Fez os estudos secundários nos Colégios Paula Rocha e Azeredo, em Sabará, no Colégio Dom Viçoso, em Belo Horizonte, MG, e no Ginásio de Ouro Preto, MG.

Começou o curso superior na Escola de Farmácia de Ouro Preto, em 1910. Em 1918, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Após formar-se, dividiu o escritório de advocacia com Francisco Campos. Posteriormente, iniciou-se na política como Chefe do Gabinete do Presidente do Estado, Raul Soares de Moura (1922-1924).

Eleito Deputado Estadual para a Legislatura de 1923-1926, tendo assumido o mandato em 1924 e renunciado no ano seguinte para ocupar uma diretoria do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A, em Juiz de Fora. (1925/1926).

No período em que foi Deputado Estadual teve como companheiro na Assembleia, entre outros mineiros ilustres, o médico e líder político por São Domingos do Prata e leste do Estado, o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira. (1923/1926).

Nomeado Prefeito de Belo Horizonte pelo Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, desempenhou as funções de 16 de outubro de 1926 a 28 de novembro de 1929.

Foi na sua gestão como Prefeito de Belo Horizonte, que foi fundado o Mercado Central.

Em março de 1930, elegeu-se deputado federal, mas renunciou ao mandato para, a convite do Presidente Olegário Dias Maciel, exercer o cargo de Secretário Estadual do Interior, cumulativamente com os de Chefe de Polícia e Comandante-Geral da Força Pública.

Como tal, coube-lhe papel de primeiro plano na deflagração do movimento revolucionário de 1930 em Minas Gerais.

Em outubro de 1934, foi eleito Deputado Federal constituinte, cuja função era a de elaborar a Constituição Federal de 1934. Eleito também como Deputado Federal para o período de 1935/1936.

Em setembro de 1936, renunciou ao mandato para ocupar o cargo de Secretário da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais durante o governo de Benedito Valadares, posto que manteve durante o transcurso do Estado Novo (1936/1945).

Em 1945, após a deposição de Getúlio Vargas, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) e foi eleito Deputado constituinte, cuja missão era a de elaborar a Constituição Federal de 1946.

A presidência da Assembleia Nacional Constituinte de 1946 coube a outro sabarense histórico, qual seja: Melo Vianna. (Fernando de Melo Vianna), então Senador.

Depois de cumprir o mandato de Deputado Federal Constituinte de 1946 e na legislatura de 1946/1951, nas eleições de 1950 foi candidato à sucessão do Presidente Eurico Gaspar Dutra pela coligação PSD-PR-PST.

Ele era o candidato de Eurico Gaspar Dutra, mas acabou sendo derrotado.

O candidato vitorioso, Getúlio Vargas, nomeou-o Embaixador do Brasil junto à Santa Sé, posto em que a morte o surpreendeu. Pertenceu ao Partido Progressista e ao PSD.

Em sua homenagem, uma das principais avenidas de Belo Horizonte, leva o seu nome.

OROSIMBO NONATO.

Nasceu em Sabará em 27.12.1891, foi, entre outros cargos de relevo, Presidente, por duas vezes, do Supremo Tribunal Federal e ia presidir as sessões da Corte, de lotação.

LOJA EM FRENTE AO CHAFARIZ DO KAQUENDE – 1833 –

O jornal “O Vigilante”, em sua edição do dia 23 de fevereiro de 1833, publicou:

“Kopke Irmãos na sua casa de mantimentos no Kaquende de frente do chafariz tem para vender:

Farinha de milho

Dita de mandioca

Milho

Feijão.

Sabará, 21 de fevereiro de 1833.”

HOTEL AO PÉ DO CHAFARIZ DO KAQUENDE – 1884

62

“O abaixo assinado avisa aos seus fregueses e amigos que mudou o seu hotel para rua de São Pedro, casa nº 1, ao pé do chafariz do Kaquende, aonde continua a servi-los o melhor possível.

Antônio Augusto Fernandes Pechincha.

Sabará, 20 de junho de 1884.”

(Anúncio no jornal “A Provincia de Minas”.

FÁBRICA DE LITEIRAS EM SABARÁ – 1853 –

O jornal “O Bom Senso”, publicou em sua edição de 02 de maio de 1853, o seguinte anúncio:

“Na fábrica estabelecida na cidade de Sabará, rua da Intendência, nº 20, continua-se fazer liteiras com todos os arreios ou sem eles. Mobílias e tudo quanto pertence a mercenária com o melhor gosto, segurança e cômodos preços.

Também se faz urnas para depósitos de restos mortais, assim como canastras e canastrinhas para viajar.

COLÉGIO EMULAÇÃO SABARENSE - 1858 –

O jornal ouro-pretano, Correio Oficial de Minas, em sua edição do dia 14 de janeiro de 1858, publica o seguinte anúncio:

“As aulas do Colégio Emulação Sabarense abrem-se no dia 3 de fevereiro do corrente ano e o abaixo assinado participa ao respeitável público, que o colégio supramencionado continua por sua conta e direção e que receberá no colégio alunos pensionistas, meio pensionistas e externos.

Os pensionistas pela pequena quantia de 200\$000 rs e os meio pensionistas pela quantia de 50\$000, pagos por semestre, adiantados, fornecendo aos alunos todo o preciso, à exceção de roupa lavada, objetos para escrita e tratamento de suas enfermidades.

Ensina-se no Colégio as seguintes matérias:

Primeiras letras e doutrina cristã.

Gramática latina.

Francês.

Inglês.

Geografia e História.

Filosofia e retórica.

Aritmética e geometria.

Música instrumental e vocal.

Toda a roupa serve para o colégio, onde desejo que os alunos guardem uma louvável economia.

Sabará, 1º de janeiro de 1858.

Padre Antonio Firmino de Souza Rossim.”

INSTITUTO LITERÁRIO SABARENSE – 1867 –

O jornal “Diário de Minas” publicou em sua edição do dia 22 de julho de 1867:

“Ao tenente coronel Jacintho Dias da Silva, presidente do Instituto Literário Sabarense, acusando recebimento do ofício de 4 do corrente, em que participa haver instalado na cidade de Sabará, por influência e esforços dos professores do externato ali estabelecido, uma sociedade denominada Instituto literário sabarense, cujo principal fim é cuidar da educação da classe desamparada.”

HOSPÍCIO DA TERRA SANTA - AMEAÇA DE EXCOMUNHÃO – 1868 –

O jornal “Noticiador de Minas”, em sua edição de 11 de setembro de 1868, publicou o seguinte anúncio:

“SABARÁ.

O VICE-COMISSÁRIO da irmandade da Terra Santa no hospício de Sabará, roga a todos os srs. que tiveram negócio, ou dinheiro emprestado com Anastácio Simphronio da Silva, que foi camarada do cobrador da Terra Santa o ano passado, participar ao dito vice-comissário qualquer quantia recebida e não restituir dinheiro algum ao dito Anastácio, como sacro da irmandade e quem fizer o contrário, segundo as Bulas Pontifícias, incorre na excomunhão reservada ao pontífice e não pode ser absolvido sem restituir a irmandade.”

(Não confundi-lo com o Dr. Anastácio Simphtonio de Abreu).

AULAS PARTICULARES – RUA DAS MERCÊS – SABARÁ – 1871.

Na mesma edição acima, foi ainda publicado o seguinte anúncio:

“SABARÁ.

Septimo de Paula Rocha, residente na cidade de Sabará, continua a lecionar particularmente latim, francês e matemáticas elementares, em sua casa à rua das Mercês, nº 16, exigindo mensalmente as seguintes retribuições:

Por uma só matéria.....	2\$000
Por duas.....	3\$000
Pelas três.....	4\$000

Aceita igualmente alunos internos, recebendo mensalmente de cada um 16\$000, além do estipêndio (pagamento) do ensino e sendo também pagos em separado as despesas de lavagem de roupa, médico e botica (farmácia).

**‘As aulas começarão a 9 de janeiro p.f.
Sabará, 19 de dezembro de 1871.
Septimo de Paula Rocha.”**

COLÉGIO SABARENSE - 1879 –

Do jornal “A Atualidade”, do dia 07 de janeiro de 1879, extrai-se o seguinte anúncio:

“COLÉGIO SABARENSE.

Estabelecido na cidade de Sabará sob a direção de Septimo de Paula Rocha.

Neste colégio, anexo ao externato público desta cidade, ensinam-se todas as matérias que constituem a instrução primária e secundária.

Cada aluno paga 200\$000 por ano, ocorrendo por parte dos srs. pais de família somente as despesas de ensino de música, lavagem de roupa, médico e botica (farmácia).

Sabará, 26 de novembro de 1878.

O diretor, Septimo Paula de Rocha.”

CHAFARIZ DA PRAÇA DA CONSTITUIÇÃO EM SABARÁ – 1875 –

“Publicou o jornal “Minas Gerais”, em sua edição do dia 16 de novembro de 1875:

“Da diretoria geral de obras públicas, datado de 3 do corrente, sob o n. 489, informando que o pedido da câmara municipal de Sabará, da quantia de 1:412\$100, para conclusão do encanamento de água do chafariz da

Praça da Constituição, está no caso de ser atendido. Informe a tesouraria provincial.”

UMA VISITA AO COLÉGIO DO CARAÇA – 1877 – A DECADÊNCIA DE SABARÁ.

O jornal “A Atualidade”, edição de 22.05.1880, relata uma visita ao colégio do Caraça, realizada em 1877.

**“Este colégio é um dos mais notáveis que possui a província de Minas. (.....).
(...) Tivemos ocasião de visitá-lo em 1877 e da impressão que ali recebemos ainda muito nos lembramos.**

O colégio do Caraça está situado na serra deste nome, a qual jaz a cerca de 60 quilômetros de Ouro Preto. Este pico tem de altitude, segundo o cálculo de Liais, 1955 metros sobre o nível do mar. É mais alto do que o pico do Itacolomi em Ouro Preto.

Entre os picos mais elevados da serra da Mantiqueira, que muitos são, ocupa este o terceiro lugar. Apenas é excedido pelo pico do Itatiaia e pela Agulhas-Negras, que possuem, aquele 2712 e este 2590 metros. (.....).

O nosso itinerário foi este: de Ouro Preto à Congonhas de Sabará, à Caeté, à São João do Morro Grande e deste ao Caraça. (....).

A população em geral é pobre, entretém-se com pequenas lavouras de cereais. É inculta. Há em Congonhas de Sabará (atual Nova Lima, na época pertencente à Sabará) um estabelecimento industrial importante, próspero, verdadeiramente memorável.

Está, porém, em mão de estrangeiros. Referimo-nos à companhia inglesa de mineração do Morro Velho (.....).

(.....) Entre Congonhas (atual Nova Lima) e Caeté está a cidade de Sabará. Outrora ricas e populosas, enquanto durou a mineração primitiva. Ambas oferecem hoje o aspecto de decadência.

Sua agricultura é pequena, seu comércio quase nenhum. Raros se veem aqui e ali alguns faiscadores desaminados que não compreendem ainda que as verdadeiras riquezas e o El-dorado se acham no trabalho, no comércio e na lavoura. Nessa região pouco mais vimos que morros sem cultura e campos sem gado. (.....).

São João do Morro Grande e logo adiante Brumado. São duas freguesias do município de Santa Bárbara. Àquela, colocada às plantas de um morro que lhe está a cavaleiro e a assoberba. É um pequeno povoado de aspecto triste e desaminado. O mesmo se pode dizer desta.

Tiveram a sua época de atividade e riqueza durante a exploração do ouro. Extinta esta indústria, nenhuma outra a substituiu com vantagem, daí esses traços de decadência que aqui, como em outros lugares de Minas, impressionam tão tristemente o visitante.

À pouca distância do Brumado já se avista a serra do Caraça e logo começa-se a ascender. O caminho, posto que estreito, não é ruim. Em alguns lugares está calçado de pedra.

À proporção que se ascende, a declividade aumenta. A linha mais e mais se dificulta, multiplicando-se as curvas, as voltas, os zig-zags (...).

(....) O aspecto variado de vegetação e do lugar. Aquelas árvores a estenderem longos braços sobre o leito da estrada, como querendo reter o viajante.

As formas exóticas que a rocha assume a cada passo, o abismo a reaparecer de contínuo sobre os passos do transeunte (...), a eflorescência e exalação das plantas rasteiras e trepadeiras, o bafo fresco da mata, saturado de gás carbônico (azote) e de selvagem perfume.

As parasitas de todas as cores e formas, o zumbido dos insetos, os horizontes infindáveis, que se podem ver lá longe no plano inferior, tudo isto constitui um painel, que não se esquece, uma vez visto.

A certa altura o solo irregular sofre uma profunda depressão, onde as águas se juntam como em um largo reservatório e, escoando-se pelas fendas naturais da rocha, vão rebentar mais embaixo no flanco da montanha.

(.....) A mata é pouco frondosa. As árvores não têm o desenvolvimento gigantesco que apresentam nas províncias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Quem

a penetra não sente, como aqui, a impressão vaga de um mundo ou de um palácio encantado.

A barreira de granito de repente abate-se.

O viajante tem agora diante dos olhos um quadro esquisito e surpreendente: um extenso planalto de forma circular, fechado hermeticamente por espessa muralha de cantaria, tendo apenas uma aberta.

No fundo alveja solitário um vasto edifício do estilo da arquitetura dos jesuítas no século XVIII. Um terraço com sua escadaria e balaústra e um templo no fundo dividem o edifício em duas alas iguais, uma à direita e outra à esquerda.

Na frente uma linha de palmeiras nacionais já dizimadas pela ação do tempo, é o colégio do Caraça.

(.....) O estabelecimento tem dois cursos, um de humanidades e o outro de teologia. Quando o visitamos, contava-se cerca de 300 alunos, dos quais uns 30 seguiam o curso de teologia e se destinavam à milícia da igreja.

Os professores são quase todos padres franceses da congregação de São Vicente de Paulo. (.....).

(.....). O estabelecimento possui uma biblioteca de cerca de 6.000 volumes de excelentes obras. Em suma, o Caraça é uma ótima mansão para o pensamento e o estudo.

Mas será este colégio modelo, que se deva inculcar à mocidade brasileira? Não o pensamos.

O isolamento a que se condena o estudante durante todo o tempo de sua vida colegial não pode deixar de ser-lhe prejudicial ao espírito, nesta quadra da vida em que se forma o caráter e a inteligência recebe as noções que lhe servirão de guia no mundo.

Tanto o sacerdócio, como qualquer outra profissão literária, conduz o homem à sociedade. É ela o seu ponto objetivo, o seu campo de batalha. E nesse campo, à vista mesmo do inimigo, com a experiência prática dos homens e das coisas, convém se adestre o batalhador e não no remanso do recolhimento.

O colégio, quanto ao programa do ensino, é um genuíno legado monacal do século XVIII: ensino clássico, instrução literária e nada mais.

Isto não basta para o nosso século. Nossa civilização aspira bem mais do que nos podem dar as antiguidades dos romanos e dos gregos.

O ensino das ciências psíquicas e naturais, tão honrado hoje, não se pode dispensar em um colégio modelo.

Esta omissão, porém, não é peculiar ao Caraça. (...). Todo o nosso sistema de ensino, público ou privado, está eivado deste defeito e não se pode estigmatizar muito a negligência dos que, incumbidos de zelar por este assunto, o descaram e olvidam.

Leônidas Marcondes.”

**VICE-CONSULADO DA GRÃ BREITÂNHA EM SABARÁ
– 1878.**

O jornal “A Atualidade”, edição de 09 de setembro de 1878, publicou essa notinha:

“Exigiram-se informações.

Do juiz municipal e de órfãos do termo de Sabará sobre a existência do vice-consulado da Grã Bretanha naquela cidade.”

ESTRADA DE CAETÉ A SABARÁ – 1854 –

A lei nº 678, de 06 de maio de 1854, da Assembleia Legislativa Provincial autorizou ao Governo da Província a mandar construir meia estrada com o declive de seis polegadas por cem, a partir da ponte normal ultimamente feita na Barra do Caeté até a cidade de Sabará, procurando a direção mais conveniente.

CRIADO O IMPOSTO PREDIAL EM SABARÁ, EM SUBSTITUIÇÃO DO IMPOSTO DE FOROS - 1884 –

A Assembleia Legislativa Provincial acatou proposta da Câmara Municipal de Sabará e aprovou a Resolução nº 3213, de 8 de outubro de 1884, em que se estipulou:

Abolir o imposto de foros na cidade de Sabará e substituí-lo pelo denominado predial, que será extensivo a todas as povoações do município.

Cada casa dentro da cidade pagará de um até três mil réis, conforme sua estimativa. Nas outras povoações do município, de quinhentos réis até dois mil réis.

O imposto seria arrecadado pela forma seguinte:

No princípio do mês de dezembro de cada ano o procurador da Câmara, na cidade e os fiscais ou agentes da mesma Câmara, nos distritos, farão o lançamento das casas, em cadernos para esse fim destinados, aberto, numerados, rubricados e encerrados pelo presidente da Câmara.

Os proprietários das casas só terão vinte dias precisos para reclamarem do lançamento, quando lhes pareça ser ele excessivo em vista das bases estabelecidas, e conforme as razões apresentadas poderá a Câmara aliviá-las em parte ou no todo aos que forem demasiadamente pobres, circunstância essa que deverá ser provada por atestados do pároco ou do juiz de paz.

A receita do imposto predial será especialmente aplicada para os consertos e melhoramentos das povoações do município, não podendo aplicar a receita que produzir uma povoação para consertos e melhoramentos de outra diversa.

A Câmara fica autorizada a perdoar todos os foros que lhe são até hoje devidos, exceto os dos foreiros que se mostraram recalcitrantes no pagamento do imposto predial.

NOTA: O imposto de ‘foros’, que existia no império, era uma espécie de aluguel exigido aos proprietários de prédios e casas construídas em terrenos foreiros.

LIVRO “VIAGEM DE CANOA DE SABARÁ AO OCEANO ATLÂNTICO” - LIVRARIA ITATIAIA LTDA – EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

Richard Burton, de nacionalidade inglesa, iniciou o seu percurso no Rio das Velhas entre Sabará até Paulo Afonso na Bahia, no dia 07 de agosto de 1867. A viagem demorou 38 dias, em decorrência de ter parado diversas vezes, fosse para pernoitar ou conhecer mais detalhes do local, fosse, principalmente, em face da hospitalidade da maioria dos ribeirinhos, o que muito o encantou.

Diz ele, contando a principal causa dos atrasos: “a hospitalidade é o que mais retarda as viagens no Brasil. É o velho estilo da recepção colonial; a gente pode fazer o que quiser, pode ficar por um mês, mas não por um dia, e são desconhecidos os inospitais preceitos e práticas da Europa.”

A sabarense Lúcia Machado de Almeida, em sua obra “Passeio a Sabará”, disse ser o nome Rio das Velhas, já uma lenda. A tradição popular diz que o bandeirante paulista Bartolomeu Bueno, ao se aproximar do rio, deparou-se com três velhas índias acocoradas em suas margens próxima de Sabará.

Já o poeta Cláudio Manoel da Costa, em um de seus poemas (Égloga Arúncio), atribui ao governador Antônio de Albuquerque a escolha do nome Rio das Velhas.

NASCENTE – FOZ E TRAJETO DO RIO DAS VELHAS.

O Rio das Velhas tem a sua nascente no município de Ouro Preto, no parque municipal Cachoeira das Andorinhas.

O Rio das Velhas desde a sua nascente até a sua foz no Rio São Francisco, tem 801 quilômetros, todo percorrido em território mineiro.

FOZ DO RIO DAS VELHAS. GUAICUÍ.

O Rio das Velhas desagua suas águas no Rio São Francisco na localidade chamada de Guaicui, povoado pertencente ao município de Várzea da Palma.

VIAGEM DE DOM PEDRO II, E DE SUA COMITIVA, EM BARCA PELO RIO DAS VELHAS, DE SABARÁ ATÉ SANTA LUZIA E DE ITABIRA A SABARÁ.

Em março de 1881, Dom Pedro II e sua esposa, a Imperatriz Tereza Cristina, empreenderam uma viagem à Província de Minas, ocasião em que visitaram diversas localidades.

Culto como era, Dom Pedro II nos legou, através de um diário, passagens de sua histórica jornada. O diário, na íntegra, publiquei em meu livro “Sabará na imprensa do Império” – edição própria.

Vou citar apenas uma parte de sua chegada a Sabará e sua viagem, junto a sua comitiva, realizada em

barcas, pelo Rio das Velhas, partindo de Sabará até Santa Luzia.

“Em Santa Luzia, para onde seguiram SS.MM. às 6 da manhã do dia 5, foi igualmente festejada a entrada de tão distintos hóspedes. Antes de ali chegarem, almoçaram na casa junto à Aroeira.

A viagem foi poética, feita em BARCAS. Gastaram nelas algumas horas, tendo, portanto, SS.MM. ocasião de apreciarem, como nos disse que apreciaram, os magníficos panoramas que nos oferecem a pitoresca margem do Rio das Velhas...”

RETORNO DE DOM PEDRO II, VINDO DE ITABIRA, A SABARÁ – PELO RIO DAS VELHAS –

(...) O príncipe D. Pedro chegou a Itabira às 9 horas da noite de 20. Às 6 horas da manhã de 21 visitou o trecho em construção da estrada de Itabira a Sabará, na extensão de 58 quilômetros, percorrendo os primeiros 5 quilômetros em trem especial.

Dali em diante a cavalo pelo leito da estrada de ferro até 13 quilômetros pela estrada Gordon, embarcando no rio das Velhas em frente ao túnel Bem-te-vi, em BARCA ESPECIAL, seguida de outra que o conduziu a Sabará, aonde chegou às 6 ½ horas da tarde.

Nesta cidade foi recebido com grande entusiasmo e regozijo pela magistratura, câmara municipal, delegado de polícia e grande concurso do povo. A

cidade estava iluminada e diversas barcas embandeiradas foram ao seu encontro.

Em Sabará, declarou ter chegado “molhado como um pinto” e se hospedou na casa do coronel Jacintho Dias da Silva, no prédio cuja foto posto a seguir, existente até os dias de hoje, na rua Dom Pedro II, centro de Sabará, muito bem restaurado e conservado. Dom Pedro I, em 1831, também hospedou aí.

VISITA DE DOM PEDRO II A SABARÁ – 1881 -

***O jornal “Diário de Minas”, de Juiz de Fora, em sua edição do dia 24 de setembro (segunda-feira) de 1888, publicou detalhes da visita do Imperador Dom Pedro II à cidade de Sabará.**

“Telegramas transmitidos de Sabará e publicados ontem no país referem que sua alteza o príncipe Dom Pedro visitou antes de ontem a câmara municipal, as igrejas do Carmo e matriz, Nossa Senhora do Ó, São Francisco, Santa Casa da Misericórdia, o teatro, a fábrica de vinhos de Miguel Suercio, as oficinas da companhia aurífera e a cutelaria de Moraes & Filhos, sendo acompanhado pela câmara municipal e autoridades.

O príncipe D. Pedro chegou a Itabira às 9 horas da noite de 20. Às 6 horas da manhã de 21 visitou o trecho em construção da estrada de Itabira a Sabará, na extensão de 58 quilômetros, percorrendo os primeiros 5 quilômetros em trem especial.

Dali em diante a cavalo pelo leito da estrada de ferro até 13 quilômetros pela estrada Gordon, embarcando no rio das Velhas em frente ao túnel Bem-te-vi, em barca especial, seguida de outra que o conduziu a Sabará, aonde chegou às 6 ½ horas da tarde.

Nesta cidade foi recebido com grande entusiasmo e regozijo pela magistratura, câmara municipal, delegado de polícia e grande concurso do povo. A cidade estava iluminada e diversas barcas embandeiradas foram ao seu encontro.

Sua alteza visitou com interesse, sempre acompanhado pelos engenheiros da estrada e empreiteiro Silva, as obras em construção, que estão muito adiantadas.

A viagem pelo rio fez-se em boas condições e com demonstrações de regozijo por parte do povo e pessoal da construção da estrada. Salvas, girândolas, etc.

Hospedou-se na casa de Septimo.” (Septimo de Paula Rocha).

EDIÇÃO DO DIA 29 DE SETEMBRO.

Ainda sobre a viagem de Dom Pedro II, publicou o mesmo periódico:

“O príncipe Dom Pedro Augusto chegou a Sabará às 6 horas da tarde do dia 21, tendo sido recebido pela câmara municipal, uma banda de música e grande

concurso de povo, que o acompanharam até a casa do comendador Septimo de Paula Rocha, onde se hospedou o príncipe, que foi também acompanhado pelos Drs. Ewbank da Câmara e Hargreaves, chefe do prolongamento.

No dia 22 percorreram a cidade visitando os templos e edifícios públicos, assistindo à tarde o casamento de uma sobrinha do comendador Septimo, acompanhando depois os noivos até a casa do Sr. Augusto de Araujo Vianna, pai do noivo, onde, até às 3 horas da manhã, se conservaram.

No dia 23, foi oferecido ao augusto viajante, pela câmara municipal, um espetáculo de gala no *teatro Sabarense. No dia imediato partiu sua alteza de Sabará, com destino a Ouro Preto e daí à Corte para onde passou anteontem, tendo, como ontem noticiamos, almoçado nesta cidade.”

***Embora o jornal seja de 1888, a visita ocorreu em 1881.**

A HISTÓRICA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE GENERAL CARNEIRO, FOI CONSTRUÍDA NA FOZ DO RIBEIRÃO ARRUDAS.

Pelo conteúdo histórico e apesar de me afastar do tema central do livro, trago à baila a notícia da construção da histórica estação ferroviária localizada no bairro General Carneiro em Sabará, narrada, em 1893, por Alfredo Camarate, nascido em Lisboa em 1840.

Jornalista, músico e engenheiro arquiteto, foi um dos engenheiros arquitetos responsável pela construção e autor de um excelente livro narrando o cotidiano do povo de Belo Horizonte, quando este povoado estava prestes a se tornar a nova capital de Minas Gerais.

O livro foi reproduzido, na íntegra, bem como os trechos a seguir, em meu livro “Curral Del Rei (Sabará) – sua origem até se transformar na nova capital de Minas Gerais.”

Disse Camarate:

“Questões de interesse particular levaram-me ao local em que se vai levantar a estação do entroncamento, onde se devem ligar as linhas de trilhos do ramal de Belo Horizonte às da Estrada de Ferro Central do Brasil.

A estação fica mesmo na foz do ARRUDAS, ribeirão manso e modesto, durante os seis meses de seca; ribeirão largo, espreado, tumultuoso e com arreganhos de rio caudaloso, enquanto duram as épocas chuvosas que, no dizer da gente da terra, duram, muitas vezes, cinco e seis meses.

(...) Esta acética localidade tem, porém, quatro minutos no dia, em que se transforma em paragem movimentada, com assomes de civilização:

é quando passa o trem de ferro de SABARÁ para Santa Luzia e de Santa Luzia para SABARÁ; viagem redonda que, por enquanto, tem duas edições, (...). (Infelizmente, ela já foi demolida).

CURRAL DEL REI (SABARÁ) NO IMPÉRIO NA DESCRIÇÃO DE ABÍLIO BARRETO.

COSTUMES E COISAS – Não havia iluminação de espécie alguma no arraial. O povo, sinceramente religioso, era ordeiro e bom. Sómente a política algumas vezes o agitava e dividia os seus filhos em dois grupos.

Não havia mendigos nem ladrões. Podia-se deixar, sem receio, abertas as portas das casas, dia e noite; ninguém as assaltava.

34 – DIVERSÕES – Um velho rancho de tropas existente em frente à Boa Viagem era, às vezes, improvisado em teatro, quando ali aparecia alguma companhia.

O carnaval aí não passava do clássico entrudo. As diversões profanas favoritas dos horizontinos eram os bailes e cavalhadas.

35 – RELIGIÃO – Profundo sentimento religioso do povo imprimia brilho invulgar às solenidades católicas, principalmente as da Semana Santa, da Padroeira, do Natal e outras. Os templos católicos eram a Matriz da Boa Viagem, as Capelas do Rosário e Santana, a primeira demolida em 1933, a segunda em 1897 e a terceira em 1894.

36 – TIPO HORIZONTINO – O homem horizontino em geral não era bonito, nem vigoroso. Dizia-se que era assim devido ao entrelaçamento das famílias pelo casamento. Outros atribuíam êsse fato ao regime de vida sem conforto.

ALFREDO CAMARATE.

Nasceu em Lisboa em 1840, jornalista e arquiteto-engenheiro, viveu e escreveu diversas crônicas sobre os costumes e a vida do povo de Curral Del Rei (distrito de Sabará e já com denominação de Belo Horizonte), às vésperas de se oficializar a criação da nova capital mineira.

Essas crônicas, na íntegra, estão publicadas em meu livro “Curral Del Rei (Sabará), sua origem até se transformar na nova capital de Minas Gerais”, disponível no google na galeria Edelberto.

A seguir apresento alguns de seus trechos.

“Em SABARÁ, as montanhas são menos atormentadas nas linhas gerais; o colorido das paisagens é quase todo de uma entoação verde.

Há, ali, enfim uma natureza risonha que parece abrir-nos os braços; e que faria lembrar a entrada da Cidade de Lisboa, se, no alto das suas montanhas, houvesse os inamovíveis moinhos de vento, que, desde séculos, conservam religiosamente as suas formas e que animam a paisagem, como grandes gaivotas que por exceção, tivessem ousado erguer o vôo a tão grandes alturas.”

“...Quase que recusei aceitá-los; mas convenceram-me de que a pontualidade ainda não é uma das virtudes mais pronunciadas dos SABARENSES e, para exemplo e como escusa de toda população, lembraram-me que John Henry Clark, apesar de inglês, costumava dizer sempre: “o jantar é às quatro horas, pouco mais ou menos”!

“É a fábrica de tecidos de Marzagão; em que uma poderosa turbina dá movimento a cem teares, que fabricam magnificas casimiras mineiras e que, como quase todas as fábricas de tecidos do Estado de Minas, têm dado bons dividendos”.

“Uma coisa não se pode negar ao povo de Belo Horizonte: é a sinceridade das suas crenças.

O que nas outras terras católicas é carolice, aqui é preito leal, culto verdadeiro e fervoroso, homenagem despida de lantejoulas, que muitas vezes transformam as festas do culto sagrado, em apoteoses cenográficas de mágica!

Em Belo Horizonte os sentimentos religiosos, são vasados; mais do que em qualquer parte, nos taceiros da humildade cristã”.

AS CASAS DA ÉPOCA.

“As casas todas com a modéstia e encantos de verdadeiras choupanas; as ruas sempre margeadas por sebes, todas no mais gracioso desmancho e irregularidade.”

AS RUAS.

(..)” grupos de verdejantes bananeiras, destacando-se, muitas vezes, sobre os tons verde-azuis dos eucaliptos; rochedos das mais atormentadas linhas, dentre os quais surgem pitorescas quedas d’água; todas as estradas animadas, especialmente agora, por carros chiadores, pacífica e vagarosamente arrastados por dez

bois, que mascam de alegria quando a chuva lhes mitiga o prolongado cansaço da tração; todas as ruas onde, por enquanto apascentam livremente cabritos e ovelhas; em todas as festas e reuniões do povo um trajar rutilante no colorido e quase que à moda do Minho, (...)

Uma capital absolutamente nova, como a que vai edificar o Estado de Minas, não pode nem deve ser moldada pelos hábitos simples, caseiros e modestos do atual povo mineiro.

O luxo, as comodidades, a elegância são bens ou males inevitáveis nas grandes coletividades, e os futuros coupés, vitórias landáus, caleças e benders deviam, desde já, entrar em linha de conta, como elementos futuros e que hão de irremessivelmente aparecer, com o desenvolvimento e progresso de uma grande cidade.”

A ECONOMIA E OS GASTOS DESNECESSÁRIOS NA ÉPOCA, NAS PALAVRAS DE ALFREDO CAMARATE.

“A economia mineira tem sido, até hoje, uma proverbial virtude deste povo; que tanto à riqueza do seu solo como aos escrúpulos com que pratica a economia, deve o seu desassombrado estado financeiro e a influência que tem sobre todos os demais Estados do Brasil; mas é necessário lembrarmo-nos de que os excessos mesmo das melhores qualidades se transformam em defeitos, e sobretudo cumpre que o povo mineiro comece a convencer-se de que há um profundíssimo abismo entre as despesas que são puros

esbanjamentos e aquelas que, embora pesadas no início, se classificam na verba dos custos produtivos.”

QUALIDADES E DEFEITOS.

“Há cerca de ano e meio que estudo e convivo com o povo mineiro e cada dia me afirmo mais na idéia de que é um povo com muitos defeitos na educação; mas, em compensação, com um avultadíssimo número de qualidades notáveis, tão características, tão originais, que fazem dele como que um povo aparte, como se fora constituído por uma argamassa especial, que o torna diferente de todo o resto dos brasileiros.

Ora isto que, na Europa, seria uma grosseria inqualificável, em Minas não é mais do que a inabalável convicção que tem o povo mineiro, da sua liberdade e de outra convicção ainda mais sublime: a de entender que, no seu Estado, todos são seus irmãos, amigos, companheiros e sócios e, desta exagerada e, até em certo ponto, falsa convicção nascem também a facilidade e boa vontade com que todos se auxiliam mutuamente, a lealdade com que se cumprem todos os contratos, que, na maior parte, são lavrados particularmente e sem que passem pelo cartório dos tabeliães”.

PORQUE BELO HORIZONTE FOI ESCOLHIDA COMO A NOVA CAPITAL.

O Congresso mineiro reuniu-se, provisoriamente, em 1893, em Barbacena (A capital ainda era em Ouro Preto, que tudo fez para frustrar a mudança), com a única missão de escolher a nova capital.

Em 1891, o Congresso decretou a lei n. 1, de 23 de outubro de 1891, autorizando o Presidente do Estado mandar examinar as cinco localidades (Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora) para dentre elas ser escolhida a nova capital do Estado.

Para auxiliar os congressistas reunidos em Barbacena, foi nomeada uma Comissão de Técnicos, formada por médicos, engenheiros e higienistas, chefiadas por Aarão Reis, que deveria visitar cada localidade.

Apresentados os relatórios, sobre ele pronunciou o senador Dr. José Pedro Drummond:

“Estes, sr. Presidente, apresentaram os seus relatórios parciais, dos quais o digno chefe da comissão devia tirar a sua conclusão; e, com efeito, ele a deduziu; mas sr. Presidente, inteligente e honesto como é o dr. Aarão Reis, não posso compreender como ele chega à classificação:

1º Barbacena; 2º Várzea do Marçal; 3º Belo Horizonte; etc.!

Sr. Presidente, realmente o relatório Aarão Reis contém, como se tem dito mais de uma vez nesta casa, verdadeiras injustiças”

Contudo, no final Barbacena foi excluída a escolha ficou entre Várzea do Marçal e Belo Horizonte.

Nas duas primeiras votações Várzea do Marçal venceu por ampla maioria.

O senador médico, Dr. José Pedro Drummond, natural de São Domingos do Prata, resolveu visitar pessoalmente as duas localidades para formar a sua opinião.

Depois de comprovar as desvantagens de Várzea do Marçal em relação a Belo Horizonte, apresentou as razões pelas quais Belo Horizonte deveria ser a escolhida.

A partir daí, de forma articulada e didática, fez um confronto entre as duas localidades para, no final, apresentar a sua sugestão.

Vou apresentar em seguida uma síntese dos argumentos por ele apresentados. Porém, o voto dele, na íntegra, publiquei em meus livros; “Pérolas da história antiga de Sabará e Belo Horizonte” e “Perolas da história antiga de São Domingos do Prata”, ambos os livros disponíveis no google na galeria Edelberto.

“O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Do exame pois, do relatório do engenheiro, que procedeu aos seus estudos em Belo Horizonte em confronto com os estudos feitos na Várzea sobressai para qualquer leitor imparcial, a superioridade de Belo Horizonte, sobre a Várzea do Marçal, como local mais próprio, já sob o ponto de vista geográfico, topográfico, climatológico, geológico, etc, já em relação às suas águas potáveis, esgotos, facilidade de edificação e construção em geral, e já em relação ao serviço de viação, notando-se que sob este ponto, o próprio dr. Aarão Reis considera essa superioridade.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): -

Diz o engenheiro adiante (lê – pág. 9):

“As condições do subsolo dispensam a drenagem, bastando aterrar escavos de mineração, regularizar o nivelamento do terreno e canalizar as águas nascentes e pluviais”. É este o subsolo onde não existe lençol d’água!

Eu creio que, para aproximar-se da drenagem muito pouco falta.

Em relação aos esgotos o engenheiro faz justiça à localidade: há com efeito um rio cujas águas são suficientes para a dissolução dos resíduos e detritos de uma cidade grande, sendo para lastimar-se que a Várzea não tenha maior altura, para dispensar o aterro e para dar à galeria dos esgotos o declive preciso.

Da análise química das águas, sr. Presidente, vê-se que o resíduo de matéria orgânica das águas limpas da Várzea é de Ogr. 00835, ao passo que a das águas do Acaba Mundo, que são as que atualmente servem à população do local, é de Org. 0044, as do ribeirão do Cercadinho de Ogr. 0057 e as do ribeirão da Serra de Org., 009.

Estas três águas, sr. Presidente, são suficientes a uma população de 96.240 almas. Vê-se da dosagem que estas águas são mais puras que as denominadas “águas limpas da Várzea”. Sendo a proporção, como descreve Girord, de 03,005, conclui-se o asserto que acabo de dizer.

Em relação à viação férrea, notei, sr. Presidente, uma grande superioridade em Belo Horizonte; vejamos o que declaram os engenheiros:

Quanto à Várzea do Marçal, diz o engenheiro (pág.21 – lê): “As comunicações de Várzea do Marçal por meio de vias férreas, com as outras regiões do Estado de Minas Gerais e do exterior, são tão completas quanto se pode desejar no início da viação férrea no Brasil.”

Quanto a Belo Horizonte diz o engenheiro que fez o exame, (pág. 29 – lê):

“O único obstáculo que se pode apresentar contra a mudança da capital para Belo Horizonte é não estar ainda a localidade servida por uma via férrea que a ponha em comunicação imediata com todos os pontos do Estado de Minas e com os grandes centros e portos principais da República.”

O mesmo engenheiro, sr. Presidente, conclui à pág. 30 de seu relatório:

“Por essa forma será Belo Horizonte um ponto forçado da grande artéria, que tem de ligar o norte com o sul da República e o ponto central das ramificações para todo litoral e para a República do Prata e do Pacífico; perfeitamente de acordo com o plano da viação geral e estadual fica assim evidente, como dissemos na primeira parte do relatório, que a mudança da capital para esta localidade oferece maior soma possível de vantagens, aos interesses agrícolas, industriais e políticos do Estado de Minas, considerados em seu conjunto.”

Bem podemos, sr. Presidente, a esses juízos, acrescentar o que diz o dr. Aarão Reis, em seu relatório, pág. 76:

“Se na atualidade a Várzea do Marçal representa melhor o centro de gravidade do Estado e acha-se já ligada por meios rápidos e fáceis de comunicação com todas as zonas, daqui há algumas dezenas de anos, Belo Horizonte melhor o representará, de certo, e mais diretamente ligada ficará a todos os pontos do vasto território mineiro”.

Já vê o Congresso que em relação à viação férrea, que é uma das partes mais importantes para a qual devemos olhar, há superioridade na viação de Belo Horizonte sobre a Várzea.

A existência da atual estrada Oeste não constitui superioridade naquela localidade, em primeiro lugar porque essa estrada, mudada a Capital para a Várzea, não poderá continuar com a mesma bitola: ter-se-á de fazer nova estrada, ou pelo Estado encampando aquela, ou pela Companhia e, nesse caso, estará a capital do Estado subordinada à vontade de uma companhia...!

O único obstáculo, sr. Presidente, é a falta da ligação de Belo Horizonte com a estrada de ferro; é uma ligação sr. Presidente que está calculada em 15km²⁰⁰, que a 25:000\$000, custará ao Estado 380:000\$000, segundo o plano e orçamento feito pelo dr. Samuel.

Pode-se sr. Presidente, estabelecer paralelo entre esta despesa e a que o Estado terá de empregar para encampar a estrada do Oeste?

Ou ainda o Estado preferirá ter a sua Capital servida por uma companhia particular e, portanto, dependente da vontade dessa, a ter de despende a insignificante quantia de 300 contos?

Sr. Presidente, faço justiça a este Congresso e termino o que tinha de dizer sobre a viação férrea com esta interrogação.

Tendo ligeiramente dito algumas palavras em relação ao relatório do engenheiro referente à Várzea do Marçal, vou agora estabelecer o paralelo, apresentando o que diz o engenheiro em relação ao Belo Horizonte.

Em relação ao seu clima ficou bem claro o que disse o engenheiro.

O engenheiro que examinou o Belo Horizonte diz em seu relatório à pág. 13 (lê): “O solo é completamente seco pelo franco esgoto às águas pluviais, que lhe dá sua declividade, não se encontrando brejos, nem alagadiços em toda a bacia do Arrudas.”

Em confronto, sr. Presidente, com o que o engenheiro da Várzea declarou em relação ao seu solo, não se pode pôr em dúvida a superioridade de Belo Horizonte.

Com efeito, o engenheiro da Várzea declarou em seu relatório (página3), que as águas encontradas ali eram devidas as filtrações pluviais, ao passo que o engenheiro do Belo Horizonte declara em seu relatório (pág.13), que o solo é completamente seco, etc.; e note,

sr. Presidente, estes exames foram feitos nos mesmos meses.

Diz o engenheiro ainda em relação ao subsolo: (Lê) “que em Belo Horizonte em poços de 5 metros de profundidade não se encontrou água” (Pág. 14), notando-se que ainda acrescentou o engenheiro, que não aprofundou mais os poços por faltarem-lhe os meios de investigação (Pág. 14).

O subsolo (lendo) é enxuto, prescindindo de drenagem para garantia das condições higiênicas.

Já vê v. ex. sr. Presidente, que os próprios engenheiros estabelecem desigualdade entre a Várzea do Marçal e o Belo Horizonte; aqui o subsolo é enxuto, prescindindo de drenagem ao passo que lá dá-se o contrário.

Em certos lugares de desbarrancados, provenientes das chuvas, de altura de dez metros, o engenheiro teve ocasião de observar toda a parede completamente seca.

Uma voz: - Belo Horizonte é um magnifico lugar.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Portanto, já se vê que em Belo Horizonte não há lençol de água, que existe na Várzea do Marçal.

Dizia ainda o engenheiro a página 15 (Lê): “Na esplanada da parte inferior” – note, sr. Presidente, que é na parte inferior – (continuando a ler), do Vale do Arrudas, abrimos vários poços com a profundidade de 5 metros e não encontramos água, donde concluimos que

o lençol de água deve existir a mais de 5 metros de profundidade”.

Vejamos agora, sr. Presidente, o que o engenheiro da Várzea disse a página 8 do seu relatório: Sondei o terreno em diversos lugares de altitudes diferentes” – note, sr. Presidente, que aqui os poços não foram abertos somente na parte inferior da Várzea, como se procedeu em Belo Horizonte, escolhendo-se a parte inferior do Vale do Arrudas – (continuando a ler) “abrindo poços até a profundidade de 4 metros”.

Note, sr. Presidente, que em Belo Horizonte os poços foram de 5 metros (continuando a ler) “e as águas encontradas nessas sondagens” – note-se que em Belo Horizonte não se encontrou água – (continuando a ler), de nível variável...”

Sr. Presidente, é muito lato este modo do dizer; não será, felizmente, para mim, porque lá fui e tomei o nível: 0m,00, 0m,30, 0m,90, foi nestes níveis que encontrei a água ali (continuando a ler):

“São como verifiquei, após demorada observação, efeitos de insignificantes infiltrações de águas pluviais na camada frouxa do solo”; note, sr. Presidente, “e que, argumentando com a continuação das chuvas, desaparece nos grandes intervalos.”

Lembre-se, sr. Presidente, que eu já declarei ao Congresso que fui à Várzea em maio e que encontrei as águas em níveis, já também mencionados.

Desta dupla exposição, sr. Presidente, em terrenos análogos por sua natureza (veja páginas 8 do relatório

da Várzea e 13 e 14 do de Belo Horizonte), notando-se ainda a identidade do tempo em que foram tomadas as observações da conclusão tirada pelos engenheiros, eu fico perplexo!

O engenheiro de Belo Horizonte, diz sr. Presidente, que o lençol d'água deve estar abaixo de 5 metros, porque até esta altura não encontrou água; dá portanto, a possibilidade da sua existência.

O ilustre engenheiro da Várzea, estabelecendo os dados de sua observação declara que em poços de 4 metros encontrou água em nível variável, e conclui: “não existe lençol de água subterrâneo”! ...

Sr. Presidente, o engenheiro encarregado dos estudos em Belo Horizonte conclui à página 16 (Lê): “do que fica exposto, concluimos que o lençol de água subterrâneo, se existe, deverá achar-se a mais de 5 metros de profundidade.

E que atenta a constituição geológica do solo e subsolo, Belo Horizonte oferece sólidas garantias e condições, extremamente favoráveis para as fundações dos edifícios e abertura a seco das escavações necessárias para a rede dos encanamentos da água e galerias dos esgotos.”

Chegamos a uma parte muito importante sr. Presidente: quero referir-me ao clima.

Diz o engenheiro que o clima é muito ameno, saudável, etc, e que, quanto a moléstias endêmicas, só se conhece o famoso bócio. Diz o engenheiro em seu relatório, página 26; o número de indivíduos atacados é

limitadíssimo, tendo apenas encontrado 8 durante os 3 ½ meses que estive em Belo Horizonte, isto é, três décimos por cento da população, que é de mil seiscentas almas, segundo a última estatística.

Entretanto, o meu ilustre colega, em seu relatório, páginas 27, dá 1%, como veremos, em relação ao cretinismo e em maior proporção em relação ao bório!

...

Sr. Presidente, bem contra a minha vontade direi que o relatório do meu ilustre colega sr. Dr. Pires de Almeida, não é filho de sua observação, como devia ser, mas somente procede de informações.

O engenheiro sr. Dr. Samuel Gomes Pereira esteve em Belo Horizonte três meses e meio; lá estive na casa em que ele residiu, ao passo que o dr. Pires de Almeida chegou ao Belo Horizonte às 4 horas da tarde, jantou, montou seu aparelho à tarde no largo da Igreja; no dia seguinte deu umas voltas dentro do povoado, almoçou, retirou-se e nunca mais voltou.

O DR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Eis a verdade.

O único fato que desde o governo provisório foi levantado contra Belo Horizonte foi o bório e foi uma questão levantada somente para arredar a mudança da capital e creio que esta idéia do “bório” partiu mesmo de Ouro Preto; se não me falha a memória, li este fato no “jornal de Minas”.

Se o engenheiro dr. Samuel é homem sincero, como é geralmente considerado, porque não darmos valor a uma declaração sua, baseada na estatística que está ao alcance de todos?

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Peço ao ilustre senador que não me empreste sentimentos que não tenho.

A observação estatística está ao alcance de todos os indivíduos.

Assim, tanto um médico pode contar, em uma localidade qualquer, um certo números de papudos, como o engenheiro também pode fazê-lo e acrescentarei: este fato estatístico está ao alcance de qualquer carroceiro.

Acresce que a estatística do dr. Samuel merece muito mais valor do que a do dr. Pires de Almeida; aquela é própria, baseada em 105 dias de continuada observação, e esta, sem a base de observação própria, visto que o dr. Pires apenas esteve algumas horas em Belo Horizonte, procede de informações que, como sabemos, não tem o cunho de uma estatística pessoal.

Sr. Presidente, incomodei-me com o boato de que no Belo Horizonte existia o bócio sob a forma endêmica e para lá me dirigi.

Percorri toda a localidade, tomei nota de todos os indivíduos de maior idade ali existentes, indivíduos de 50 até 85 anos, examinei seus filhos, netos, toda a descendência e não vi em nenhum o bócio; a glândula tireoide tinha suas dimensões naturais.

Em toda a minha excursão só encontrei quatro indivíduos com bócio e entre eles duas mulheres, que me pediam esmola.

Encontrei-me também com outras muitas pessoas, que nem ao menos manifestavam sintoma desse mal.

Ora, se o bócio fosse endêmico em uma população de 2 mil e tantas pessoas, compreende-se que essas pessoas não estariam isentas do bócio. (Apoiado do sr. Augusto Clementino).

Acresce, sr. Presidente, que todos nós sabemos perfeitamente que no Estado de Minas não há uma só localidade onde não exista um, dois, três e mais casos de bócio.

Eu apelo para os ilustres congressistas, que me digam se em suas localidades não existe um ou outro indivíduo com bócio?

É possível que algum possa responder: em minha terra nunca vi bócio; e eu creio, porque é bastante não se estar em observação para que ele possa passar despercebido.

Eu, depois que examinei esta questão, e que resolvi dar meu voto pelo Belo Horizonte, tratei de indagar se somente ali havia papudos, embora na pequena porcentagem por mim observada, e tenho verificado a sua existência em toda a parte.

Sr. Presidente, o clima de Barbacena, por exemplo, é o clima apontado como um dos melhores do Estado de Minas, ninguém pode contestar; e no entanto, nestes

poucos dias que aqui estou, já vi nove papudos na cidade.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - São quase todos da mesma cidade; tive o cuidado de indagar deles o seu nascimento, a sua residência, a de seus pais, e todos são filhos daqui mesmo, de Barbacena, com exceção de uma mulher, que nos disse ser filha de Ibertioga.

Ora, por ventura pode alguém, diante deste fato, acusar o clima de Barbacena ou suas águas de condutoras do “quid ignotum papogeno”, que tão bem descreve o dr. Pires de Almeida? Absolutamente não.

Já vê v. ex. sr. Presidente que a acusação feita a Belo Horizonte quanto à existência do bócio, não procede em absoluto.

Se não procede o argumento em relação ao bócio, fica “ipso facto” destruído o da sua consequência, o cretinismo, até porque o próprio dr. Pires de Almeida em seu relatório dia que lá só encontrou um cretino.

Ora, pelo fato de haver numa localidade um cretino, pode-se afirmar que ali reina o cretinismo? (É uma deficiência mental, que impede o amadurecimento normal do cérebro).

Não entro na apreciação das condições higiênicas referidas pelo meu ilustre colega, membro da comissão em relação à Várzea do Marçal porque não trato aqui de combater essa localidade: trato apenas de justificar a minha emenda, tanto mais porque o higienista classifica

a Várzea do Marçal depois de Belo Horizonte, sob o ponto de vista higiênico.

Para confirmar o que há pouco disse, sr. Presidente, vou ler um trecho do relatório do médico, (Lê):

“Lamentamos que uma localidade, tal como Belo Horizonte, que pela disposição de seu terreno, altitude média, clima temperado, abundância e qualidade (ilegível) das águas, facilidade de esgoto, uberdade do solo, por suas riquezas naturais, em suma, ouro, ferro, cristais, mármore de variadas cores, etc, impondo-se a toda a evidência, encerre também em seu seio o agente produtor do bócio e, conseqüentemente, o cretinismo!”

Já vê v. ex. sr. Presidente que o distinto médico condena a localidade do Belo Horizonte, lamentando somente porque ela encerra em seu seio o bócio e sua consequência – o cretinismo. (Aparte).

Sr. Presidente, creio que ficou bem demonstrado que a causa dessa lamentação não existe em Belo Horizonte:

em 1º lugar porque com a estatística provei o contrário do que foi dito pelo distinto higienista;

em 2º lugar porque ele não tem culpa direta, visto que baseou a sua estatística somente em informações; e tanto ele próprio está convicto, que classificou Belo Horizonte em 2º lugar, porque ele deveria supor ter de passar ao 1º lugar, visto que os engenheiros não concordaram pelas suas exposições na classificação de Barbacena em 1º lugar e, portanto, teria de ocupar o 1º lugar Belo Horizonte.

Ditas estas palavras julgo-me feliz por ter tido ocasião de ver uma boa descrição sobre o bócio, a qual eu antes denominarei um tratado, e neste ponto felicito o distinto higienista, que teve ocasião de prestar à classe médica um serviço, equivocando-se somente no fim, quando descreveu a hipertrofia do corpo tireoide.

Não fosse, sr. Presidente, a afecção desenvolvida em relação ao Belo Horizonte, onde ela não existe como pretende o meu ilustrado colega, e eu só teria louvores a apresentar ao autor de uma precisa e completa descrição.

O ilustre médico ainda classifica a Várzea do Marçal, em relação a Belo Horizonte, em 2º lugar, atento ao impaludismo. E justifica a infecção malárica pela existência dos alagados da Cachoeira de Ilhéus, Vale do rio das Mortes e ao lençol de água subterrâneo.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Ele põe um interrogação que suponho ter substituído por uma afirmação.

Sr. Presidente, deste ligeiro confronto, muito mal feito (não apoiado) entre a Várzea do Marçal e o Belo Horizonte, desejo apenas que o Congresso conclua que o meu estudo e exposição foi todo imparcial, pois como já disse, só poderia dar meu voto pela Várzea do Marçal em vez de Belo Horizonte, se fosse atender as outras considerações que não o dever de congressista e sobretudo o de médico.

RESULTADO FINAL.

Ocorrida a 3ª e última votação, Belo Horizonte foi escolhida por 30 votos contra 28, favoráveis a Várzea do Marçal.

NOMES COMPLETOS DOS 30 CONGRESSISTAS QUE VOTARAM PARA BELO HORIZONTE SER A NOVA CAPITAL DE MINAS GERAIS.

- 1 -Chrispim Jacques Bias Fortes, presidente, senador.**
- 2 -Sabino Barroso Júnior, 1º-secretário, deputado.**
- 3 -João Gomes Rebello Horta, senador.**
- 4 -Frederico Augusto Álvares da Silva, senador.**
- 5 -Camillo Augusto Maria de Britto, senador.**
- 6 -Virgílio M. de Mello Franco, senador.**
- 7 -Francisco Ferreira Alves, senador.**
- 8 -José Pedro Xavier da Veiga, senador.**
- 9 -Antônio Martins Ferreira da Silva, senador.**
- 10 -Joaquim Cândido da Costa Sena, senador.**
- 11 -Álvaro da Matta Machado, senador.**
- 12 -Francisco de Paula Rocha Lagoa, senador.**
- 13 -João Nepomuceno Kubitscheck, senador.**
- 14 -Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, senador.**
- 15 -Dr. Carlos da Silva Fortes, deputado.**
- 16 -Eugênio Simplício de Salles, deputado.**
- 17 -Nelson Dario Pimentel Barbosa, deputado.**
- 18 -José Tavares de Mello, deputado.**
- 19 -Viriato Diniz Mascarenhas, deputado.**
- 20 - Henrique Augusto de Oliveira Diniz, deputado.**
- 21 -Dr. Augusto Clementino da Silva, deputado.**
- 22 -Manoel Teixeira da Costa, deputado.**
- 23 -Bernardino Augusto de Lima, deputado.**
- 24 -João Luiz de Almeida e Souza, deputado.**
- 25 -Gomes H. Freire de Andrade, deputado.**

26 -Carlos Marques da Silveira, deputado.

27 -Cônego Manoel Alves Pereira, deputado.

28 -Gomes da Silva – deputado.

29 -Dr. José Pedro Drummond.

30 – Theodomiro – não consegui o nome de família.

NOTA:

Todos os 30 votos são históricos, mas gostaria destacar dois. O senador Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, por motivo de doença, faltou a diversas sessões, mas na decisiva compareceu e votou a favor de Belo Horizonte. Também o barbacenense, Chrispim Jacques Bias Fortes, presidente do Congresso, foi voto a favor de Belo Horizonte.

Graças a esses 30, Minas Gerais ganhou uma bela capital e Sabará perdeu o seu Distrito.

Bibliografia consultada.

LIMA – Edelberto Augusto Gomes – “1893 – Sessões do Congresso mineiro para escolha da nova capital de Minas Gerais”, disponível no google na galeria Edelberto.

NOTA: O livro acima contém todas as polêmicas para a escolha da nova capital. Houve grandes e históricos debates entre os congressistas.

- MEUS LIVROS -

1 – SÃO DOMINGOS DO PRATA NO PERÍODO IMPERIAL – 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.

2 – REVIVENDO A HISTORIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA - 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.

3 – RECONTANDO A HISTORIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA - 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.

4 – SÃO DOMINGOS DO PRATA FRAGMENTOS DE SUA HISTORIA - 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.

5 – QUATRO PREFEITOS DE SÃO DOMINGOS DO PRATA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.

6 – NOTAS BIOGRÁFICAS DO DR. GOMES LIMA – UM DOS GRANDES VULTOS DA HISTORIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

7 – TRÊS PRATIANOS DA GEMA – MANOEL MARTINS GOMES LIMA – JANUA COELI DE LELLIS FERREIRA E DR. EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA.

8 – GENEALOGIA DE ALGUNS ASCENDENTES E DESCENDENTES – FAMÍLIAS DAS QUAIS DESCENDO, TODAS COM RAÍZES FINCADAS EM SÃO DOMINGOS DO PRATA: GOMES LIMA – MARTINS VIEIRA – VIEIRA MARQUES OU MARQUES VIEIRA – GOMES DOMINGUES – LELLIS FERREIRA E SANTIAGO.

9 – SÃO DOMINGOS DO PRATA BERÇO E ORIGEM – 4ª EDIÇÃO.

10 – NOTAS SOBRE ALGUNS PREFEITOS E ELEIÇÕES EM SÃO DOMINGOS DO PRATA DE 1890 A 1947.

11 – A HISTORIA QUE SÃO DOMINGOS DO PRATA NÃO CONHECEU.

12 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DO DR. EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA -

13 – COLETÂNEA DE NOTÍCIAS SOBRE SÃO DOMINGOS DO PRATA ANTIGO -

14 - ELEITORES PRATIANOS EM 1896 -

15 – NOTÍCIAS DO ANTIGO SÃO DOMINGOS DO PRATA E SEUS DISTRITOS. (Os atuais e os antigos) – 2ª edição ampliada -

16 – RETALHOS DA HISTÓRIA ANTIGA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

17 – FILHOS ILUSTRES DO MUNICÍPIO DE FERROS – TODOS DA FAMÍLIA LELLIS FERREIRA -

18 – SÃO DOMINGOS DO PRATA: AS ORIGENS DO POVOADO, DA CAPELA, DO CEMITÉRIO E A DA DESCOBERTA DO RIO PRATA.

19 – COMENTÁRIO ÀS SESMARIAS DE 1758 E 1771, CURATELA, TESTAMENTO E INVENTÁRIO ENVOLVENDO DOMINGOS MARQUES AFONSO. 1ª E 2ª EDIÇÃO.

20 – SABARÁ NA IMPRENSA DO IMPÉRIO.

21 – SABARÁ: FRAGMENTOS DE SUA HISTORIA NO PERÍODO IMPERIAL – 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.

22 – CURRAL DEL REI (SABARÁ) - SUA ORIGEM ATÉ SE TRANSFORMAR NA NOVA CAPITAL DE MINAS GERAIS -

23 – A HISTÓRIA DO LEGISLATIVO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA. De 1890 a 1962.

24 – DE JEAN MONLEVAD A LOUIS ENSCH – BREVE HISTÓRIA DA BELGO MINEIRA EM SABARÁ E JOÃO MONLEVADE.

25 - A HISTÓRIA DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

26 - 1893 - SESSÕES DO CONGRESSO MINEIRO QUE ESCOLHEU A NOVA CAPITAL DE MINAS.

27 - A HISTÓRIA DO RIO DAS VELHAS E DE SUA NAVEGAÇÃO.

28 - PERSONAGENS HISTÓRICOS DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

29 - MUNICÍPIOS MINEIROS CRIADOS NO PERÍODO IMPRERIAL.

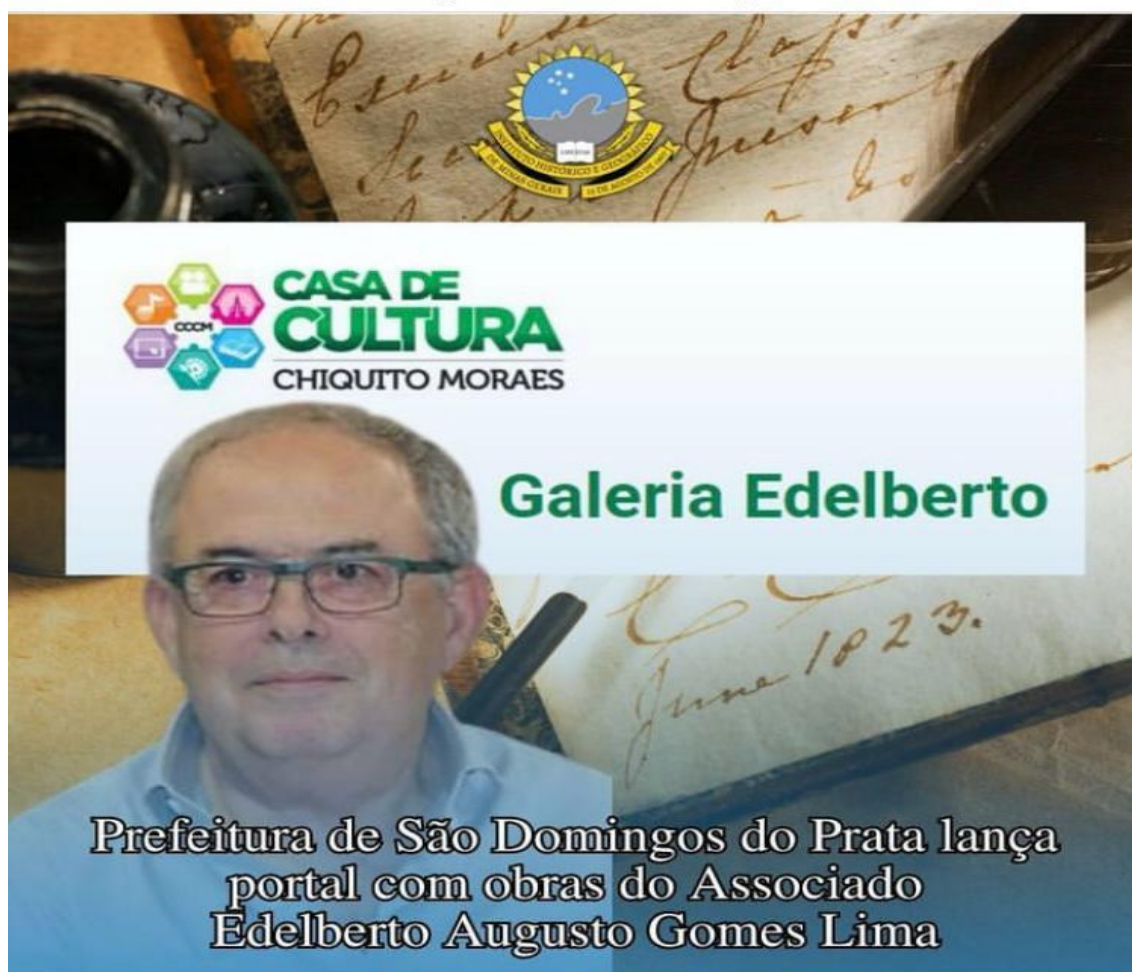
30 - PERSONAGENS HISTÓRICOS DE SABARÁ.

31 - PÉROLAS DA HISTÓRIA ANTIGA DE SABARÁ E BELO HORIZONTE.

32 - PÉROLAS DA HISTÓRIA ANTIGA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

33 - SABARÁ NAS REVISTAS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS (IHGMG).

34 - Histórias de Sabará nos períodos colonial, imperial e início do republicano.





Compartilhe Conhecimento

Prof. Dr. *Edelberto Augusto Gomes Lima*
indica livro sobre Minas Gerais



FIM